



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JALISSON LUIZ DIAS

**(DES) RETERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE
REMANESCENTES DE QUILOMBO, QUARENTA, TRIUNFO-PB**

CAJAZEIRAS – PB

2017

JALISSON LUIZ DIAS

**(DES) RETERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE
REMANESCENTES DE QUILOMBO, QUARENTA, TRIUNFO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Formação de Professores, Campus Cajazeiras, com a finalidade de obtenção do título de Graduação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Iveralda Dantas
Nóbrega Di Lorenzo

**CAJAZEIRAS – PB
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

D541d Dias, Jalisson Luiz.
(Des)reterritorialização da comunidade de remanescentes de quilombo,
Quarenta, Triunfo-PB / Jalisson Luiz Dias. - Cajazeiras, 2017.
102f.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Dí Lorenzo.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2017.

1. Quilombo Quarenta - Triunfo - Paraíba. 2. (Des)reterritorialização. I.
Lorenzo, Ivanilda Dantas Nóbrega Di. II. Universidade Federal de
Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

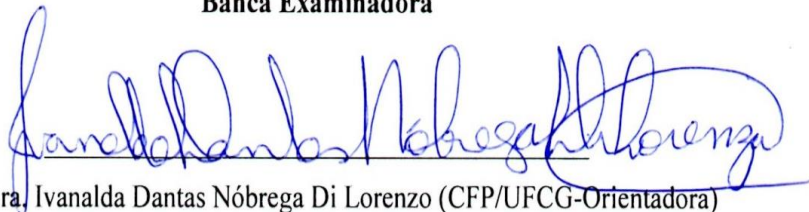
CDU - 911.37

JALISSON LUIZ DIAS

**(DES) RETERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE
REMANESCENTES DE QUILOMBO, QUARENTA, TRIUNFO-PB**

Aprovada em: 02/05/2017

Banca Examinadora



Profª. Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo (CFP/UFCG-Orientadora)



Profª. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves (CFP/UFCG-Examinadora Interna)



Prof. Dr. Josias de Castro Galvão (CFP/UFCG-Examinador Interno)

Dedico este trabalho aos membros da Comunidade Quilombola Quarenta de Triunfo-PB, expressando minha gratidão, admiração e respeito pelo grupo. Com recepção calorosa durante toda a minha pesquisa eles colaboraram qualitativamente para a produção do trabalho, possibilitando-me o desenvolvimento acadêmico e o aperfeiçoamento como ser humano.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela fé plantada no meu ser, a qual me mantém de pé em meio as atribuições e lutas diárias;

Aos meus pais, José Luiz Filho e Joana Dias, que são sem dúvida alguma, os grandes responsáveis por cada projeto e conquista a mim atribuído. Foram eles os melhores professores, transmitindo as convicções sociais e valores morais que formam meu caráter. Sempre me apoiaram incondicionalmente e me incentivaram a seguir o meu caminho;

Aos meus irmãos Alana, Joéliton e Jocelânio, cada um com sua maneira, sempre me apoiaram e apoiam, representando importância grandiosa em minha vida;

Aos meus amigos que me acompanham sempre e sabem de fato minha rotina, alegrias e tristezas, compartilhando vitórias e torcendo por cada conquista minha. Agradeço por escutarem meus lamentos e proporcionarem momentos de descontração em meio às dificuldades. Esses realmente são amigos verdadeiros;

A minha orientadora, Professora Doutora Ivalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo, a qual despertou em mim a busca pelo crescimento e o aperfeiçoamento acadêmico e, possibilitando vivenciar de fato o curso de Geografia. Agradeço imensamente por acreditar em mim, até mesmo quando eu deixava de acreditar. Esse trabalho é um fruto nosso;

Agradeço imensamente à Banca Examinadora, nas pessoas da Professora Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves e o Professor Dr. Josias de Castro Galvão, pela disponibilidade de analisar a construção e apresentação deste trabalho;

A todos os professores da Graduação que possibilitaram de forma satisfatória a construção de conhecimentos e formação profissional;

Aos colegas de curso, que ao longo desses anos construíram, comigo, uma família fundada na união. Vivenciamos muitas dificuldades juntos, mas também usufruímos de momentos com descontração e felicidade inquestionável, que ficarão guardados para sempre na memória;

Agradeço de forma muito especial aos atores aqui narrados e que representam a Comunidade dos Quarenta, aos quais dedico este trabalho. O respeito, disponibilidade, acolhimento e confiança que recebi da comunidade é motivo da minha enorme gratidão;

Em particular, agradeço a Dona Francisca Pereira, a primeira integrante da comunidade que entrevistei e que me tratou com muito carinho e afeto, possibilitando o aperfeiçoamento empírico da minha visão cidadã sobre raça e classes.

RESUMO

O presente trabalho apresenta reflexões sobre o processo de (des) reterritorialização dos integrantes da Comunidade de Remanescentes de quilombo, Quarenta, município de Triunfo-PB, situado na mesorregião do Sertão Paraibano. A origem dessa comunidade é o quilombo Mãe D'água no município de Pombal-PB na década de 1950. Partimos do pressuposto que o processo migratório desenvolvido está ligado a conflitos pela posse de terra no local de origem dessa comunidade. Portanto, desenvolvemos a pesquisa entre os meses de outubro de 2015 a fevereiro de 2017 e formulamos como objetivo geral a investigação de como se deu a ocupação territorial e a reprodução da cultura desses remanescentes de quilombo, no município de Triunfo – PB, considerando o processo de (des)reterritorialização por eles vivenciados. Para a compreensão do nosso objeto de estudo utilizamos questionários desenvolvidos junto a integrantes da Comunidade e entrevistas orais semiestruturadas com anotações em cadernetas, durante o trabalho de campo realizado; além de levantamento documental e bibliográfico, observação cultural e social dos sujeitos no âmbito do município e registros fotográficos. Além da introdução e considerações construímos três subitens discutindo sobre escravidão, criação dos quilombos, processo migratório da comunidade e seu desenvolvimento social e cultural em um novo território. Finalmente, esperamos cooperar com as futuras pesquisas sobre comunidades negras, para que possam contribuir com a organização dessas comunidades nas reivindicações de seus direitos.

Palavras-chave: Quilombo Quarenta – Cultura – (Des)Reterritorialização.

ABSTRACT

The present work presents reflections on the process of (de) reterritorialization of the members of the Quilombo Remnant Community, Quarenta, Triunfo-PB, located in the meso-region of Sertão Paraibano. The origin of this community is the Madre D'água quilombo in the municipality of Pombal-PB in the 1950s. We assume that the migratory process developed is linked to conflicts over land tenure in the place of origin of this community. Therefore, we developed the research between the months of October 2015 to February 2017 and formulated as general objective the investigation of how territorial occupation and the reproduction of the culture of these remnants of quilombo, in the city of Triunfo - PB, considering the process Of (de) reterritorialization experienced by them. In order to understand our object of study, we used questionnaires developed with members of the community and oral interviews semi-structured with notes in notebooks, during the field work performed; Besides documentary and bibliographical survey, cultural and social observation of the subjects within the municipality and photographic records. In addition to the introduction and considerations, we constructed three sub-items discussing slavery, quilombo creation, community migration process and their social and cultural development in a new territory. Finally, we hope to cooperate with future research on black communities so that they can contribute to the organization of these communities in the claims of their rights.

Keywords: Quilombo Forty - Culture - (Des) Reterritorialization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACADE	Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CECNEQ	Coordenação Estadual Das Comunidades Negras e Quilombolas
CEP	Comitê de Ética na Pesquisa
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Minc	Ministério da Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PB	Paraíba
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SNCR	Rio Grande do Norte
SEMARH	Sistema Nacional de Cadastro Rural
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Dona Maria Eugênia, Matriarca do Grupo.....	59
Imagem 2. S. Adalto Pereira membro mais velho, da comunidade quilombola Quarenta.	60
Imagem 3. Igreja Matriz do Menino Deus.....	72
Imagem 4. Momento Comemorativo ao Encerramento da Festa do Menino Deus.....	73
Imagem 5. Banda Cabaçal.....	78
Imagem 6. Banda Cabaçal, formação atual.....	81
Imagem 7. Apresentação do grupo infantil de Capoeira.....	82
Imagem 8. Grupo de dança de roda de mulheres da comunidade Quarenta.....	83
Imagens 9 a 12. Peças do Museu localizado na Associação Quilombola em Triunfo-PB..	88
Imagens 13 e 14. Praça dos 40, Triunfo – PB.....	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Localização do Município de Triunfo, Estado da Paraíba.....	16
Figura 2.	Mapa da mobilidade dos povos constituintes da Comunidade Quilombola Quarenta, no sentido Pombal a Triunfo-PB.....	18
Figura 3.	Rota do tráfico de escravos africanos para o Brasil.....	26
Figura 4.	Comunidades Quilombolas Certificadas Pela Fundação Palmares no Brasil...	34
Figura 5.	Mapa das Comunidades Quilombolas Reconhecidas da Paraíba.....	43
Figura 6.	Mapa de localização da Comunidade Quilombola Quarenta, município de Triunfo-PB.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição da população brasileira, segundo cor ou raça (em%).....	28
Gráfico 2. Paraíba: Composição Étnica da População.....	42
Gráfico 3. Classificação percentual dos grupos religiosos e comparação com o censo 2000.....	70
Gráfico 4. Profissões dos moradores da comunidade quilombola Quarenta, Triunfo-PB.	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Mecanismos utilizados na abolição da escravidão no Brasil.....	31
Quadro 2. Comunidades Quilombolas da Paraíba, 2012.....	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. TRÁFICO NEGREIRO E ESCRAVISMO NO BRASIL	24
1.1 Escravismo e Chegada dos Negros no Brasil	25
1.2 A Formação dos Quilombos no Brasil	29
1.3 A Fundação Cultural Palmares no Brasil e as Ações da AACADE e CECNEQ na Paraíba.....	33
2. OS QUILOMBOS NA PARAÍBA E A (DES) RETERRITORIALIZAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DA COMUNIDADE QUARENTA, NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO – PB	39
2.1 A Criação e o Reconhecimento dos Quilombos na Paraíba.....	39
2.2 Da (Des) Territorialização dos Remanescentes de Quilombo Quarenta do Município de Pombal – PB à Reterritorialização no Município de Triunfo – PB.	48
2.3 Formação de Identidade nos Remanescentes de Quilombo na Comunidade dos Quarenta.....	62
3. RELIGIÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E OS MODOS DE VIDA COMO CONSTITUINTES DA TERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUARENTA, NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO – PB	69
3.1 A Religião como Instrumento de Inserção Societária para Comunidade Quarenta..	69
3.2 A Cultura Negra dos Remanescentes de Quilombo Quarenta	76
3.3 Organização Social e Modos de Vida na Comunidade Quarenta	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES	99

INTRODUÇÃO

O reconhecimento de direitos no Brasil, ao longo de toda sua história, é fruto de lutas contínuas da organização dos grupos sociais em prol de suas demandas e interesses. Dentre tantos outros, podemos citar a luta pelos direitos trabalhistas, de igualdade, gênero, raça e etnia, além da luta contra o preconceito.

Nesse sentido, as questões de reconhecimento podem ser observadas, principalmente no tocante à negação dos direitos dos povos afrodescendentes, cuja liberdade foi cerceada aqui no Brasil, desde os primórdios de sua história, mas, mais pretérito, ainda, por ocasião das disputas políticas, sociais e culturais em seu lugar de origem.

Os direitos à liberdade e ao território quando se consolidam, geralmente se constituem mediante lutas, debates e embates constantes, via de regra, políticos e judiciais, nos quais os sujeitos organizados em movimentos sociais, ou outras formas de organização, podem ou não conquistá-los.

No Brasil, podemos citar diversos movimentos de lutas por direitos sociais, a exemplo do Movimento de Luta pela Terra (MST), das Ligas Camponesas, nos anos de 1960; a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a serviço dos trabalhadores e trabalhadoras do campo; movimentos de base messiânica como a Revolta de Canudos, dentre outras lutas, as quais demonstram a insubmissão do povo oprimido frente ao poder das elites e do Estado, demonstrando claramente uma sociedade formada e estruturada em divisão de classes sociais, geradoras de patamares de altas desigualdades sociais.

No tocante aos povos afrodescendentes, destacamos diversos registros de organizações das comunidades negras, antecessoras à Abolição da Escravatura, a exemplo das Insurreições e a Revolta dos Malês, em 1835, o Bandoleirismo, a Inconfidência Baiana ou Revolta dos Alfaiates, em 1798, meados do Século XIX, além da formação da quilombagem, uma estratégia encontrada para fugir dos desmandos Senhoriais.

É nessa forma de organização em que nos debruçamos neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sobre a formação, territorialização e (des)reterritorialização de povos de quilombo, os quais entravam lutas pela busca da conquista de condições com vistas a igualdade de direitos para desenvolver seus modos de trabalho e vida, além da manutenção de suas culturas, tradições, costumes e combate ao preconceito.

No Brasil, nas duas últimas décadas, no que diz respeito às discussões sobre as temáticas raciais e étnicas, têm se observado com entusiasmo as mudanças ocorridas, as quais produzem um intenso debate na sociedade em geral, e no meio acadêmico em particular.

Esses debates são capazes de gerar a formação de um ordenamento legal no intuito da adoção de políticas públicas, leis e programas de promoção de ações afirmativas.

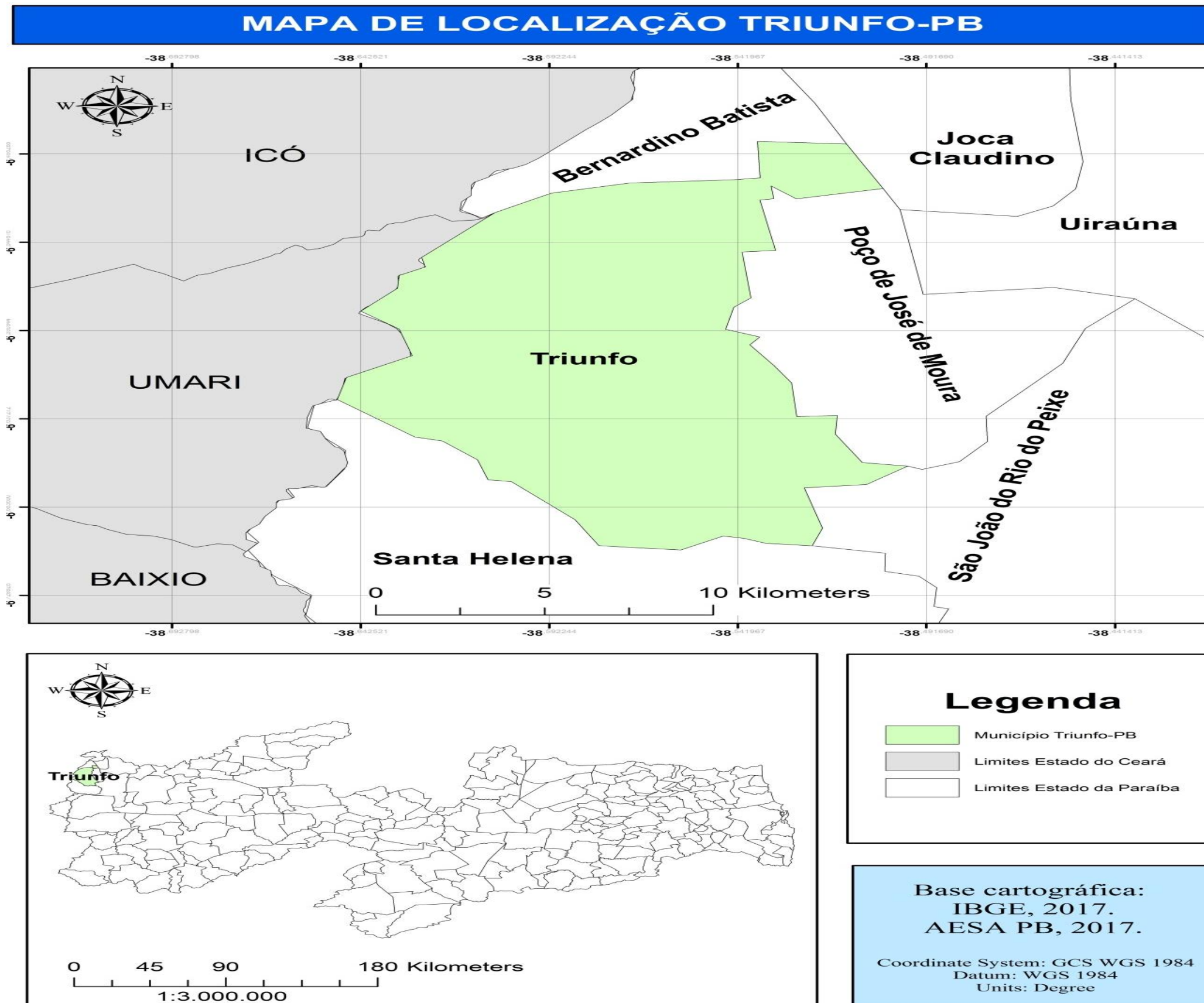
Nesse seguimento destacamos a história de lutas e de conquistas dos povos que compõem o nosso objeto de estudo, apresentados como remanescentes de quilombo, e que formam a Comunidade Quarenta, como são conhecidos, os quais residem no município de Triunfo, mesorregião do Sertão Paraibano, situado na microrregião de Cajazeiras.

O município de Triunfo possui uma área territorial de 219,866 km², distanciado cerca de 500 km da Capital do Estado. O acesso a partir de João Pessoa é feito através da BR – 230, na qual se percorre cerca de 450 km, chegando ao município de Marizópolis, onde se toma a BR – 405 por 21 km, chegando ao município de São João do Rio do Peixe. A partir daí, segue-se 7 km pela PB – 393 até a bifurcação com a PB – 395, onde se percorre 5 km. Neste ponto, segue-se pela PB – 411 por 18 km até a sede do município.

Situado na Latitude de 06° 34' 43" S e Longitude 38° 35' 49" W, o município limita-se ao Norte com o município de Bernardino Batista – PB, ao Sul com o município de Santa Helena – PB, ao Leste com o município de Poço de José de Moura – PB e a Oeste com o município de Umari no estado do Ceará (CIDADE BRASIL, 2012).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), a população de Triunfo é de 9.465 habitantes, com densidade demográfica de 41,93 hab/km², e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,609. A economia baseia-se na agricultura e pecuária de subsistência, além do comercio na sede do município. Na figura 01, verificamos a posição territorial do município de Triunfo no Estado da Paraíba, além dos municípios limítrofes.

Figura 01. Localização do Município de Triunfo, Estado da Paraíba.



Fonte: AESA PB, 2017; IBGE, 2017.

Entre a população do município de Triunfo está inserida a comunidade de remanescentes de quilombo que se abrigaram no município a mais de meio século de uma forma bastante peculiar, com característica principal voltada ao processo migratório. De acordo com Lisboa (1994), estima-se que a Comunidade Quarenta tenha apresentado um crescimento populacional considerável no decorrer dos anos, girando em torno de 150 pessoas nos dias atuais. Essa Comunidade se inseriu na história local do município de Triunfo-PB, de forma bastante peculiar, antes mesmo da sua emancipação política.

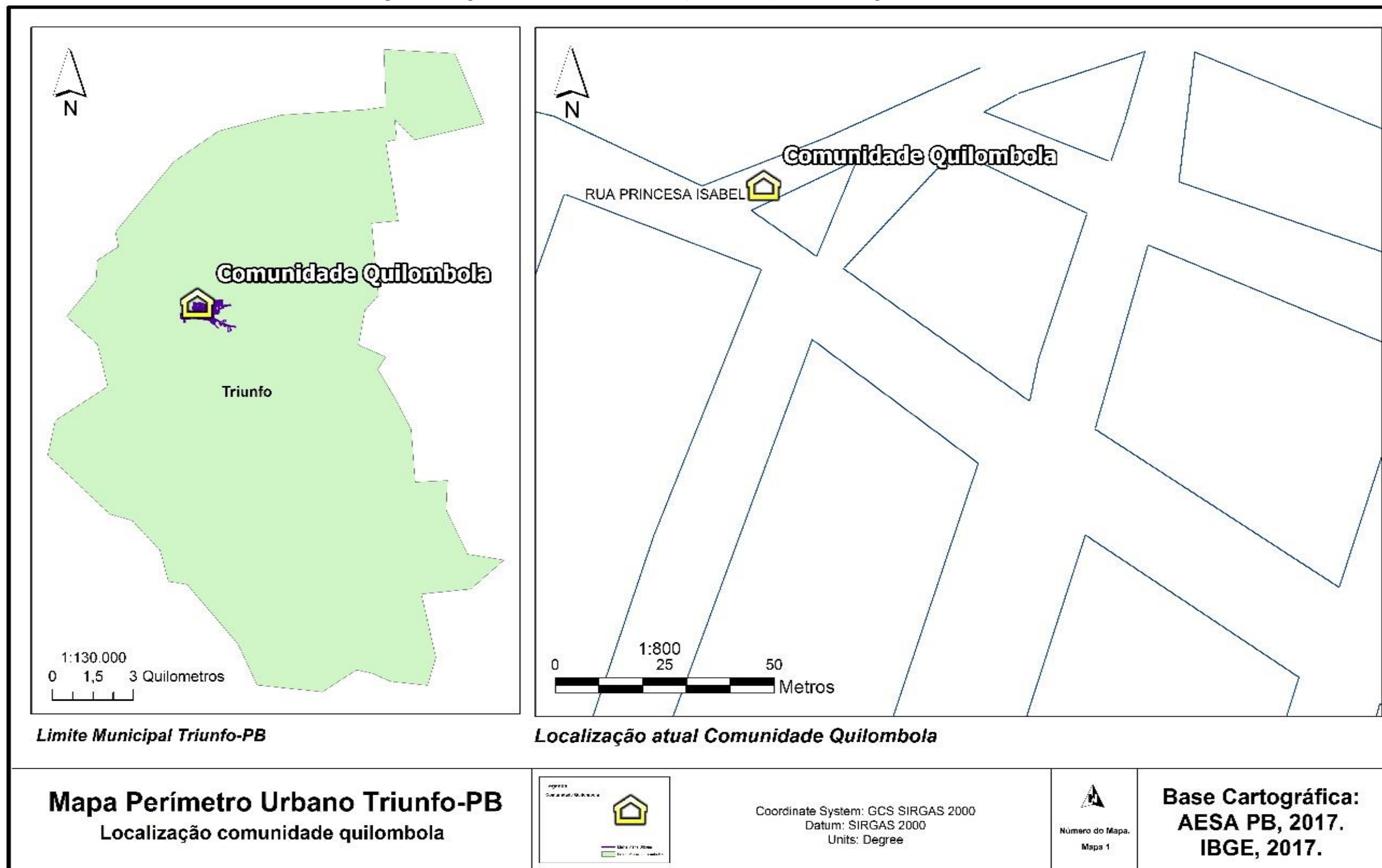
Os membros da Comunidade Quarenta são remanescentes do quilombo Mãe D'Água, pertencente ao município de Pombal – PB, na década de 1950. E, atualmente, pertence ao município de Coremas após a realização de reajustes nos limites territoriais entre esses municípios, ambos localizados na mesorregião do Sertão Paraibano. O quilombo Mãe D'água foi certificado pela Fundação Cultural Palmares no dia 26 de maio de 2006, recebendo a mesma nomenclatura da zona rural em que se situa.

Ressaltemos que enquanto residiam em Pombal – PB, no campo, não eram reconhecidos como 'Os Quarenta', pois esta terminologia lhes é dada ao chegarem ao município de Triunfo – PB, ao serem vistos e correlacionados à percepção de formarem um grupo constituído por aproximadamente 40 pessoas.

Esses povos realizaram um processo migratório saindo do município de Pombal em direção à Triunfo – PB, de acordo com os entrevistados da pesquisa, esse processo ocorreu após conflitos naquele lugar causados pela posse de terra. Essa migração ocorrida há mais de meio Século, se apresenta intimamente relacionada à história econômica, cultural e social do município de Triunfo – PB, demarcando definitivamente no espaço geográfico local a formação territorial de seu povo nesse município.

Os integrantes da Comunidade Quarenta registram essa trajetória de migrações, cuja história oral identifica sua caminhada em processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (HAESBAERT, 2007), por três municípios Paraibanos: Pombal, São José de Piranhas e, finalmente, Triunfo, onde se encontram, na atualidade. Conforme apresenta a Figura 02.

Figura 02. Mapa de localização Comunidade Quilombola Quarenta, município de Triunfo-PB.



Fonte: AESA PB, 2017; IBGE, 2017.

A Comunidade Quarenta é identificada pela Fundação Cultural Palmares como ‘Comunidade Quilombola’ e, teve seu processo aberto no dia 20 de abril de 2011, a FCP aguarda a documentação ata/histórico para a conclusão do processo.

O termo ‘quilombo’ se deu inicialmente no período Senhorial para identificar a rebeldia dos escravos negros refugiados em áreas longínquas, distantes, dos olhares Senhoriais. E, mais recentemente, aos remanescentes de quilombos, afrodescendentes que vem garantindo após intensas lutas e debates no seio da sociedade o reconhecimento de parcela de seus direitos, sendo intitulados pelo Estado com uma identidade atribuída através das políticas públicas de Governo, via Secretaria Nacional de políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), sendo intitulados como povos ‘quilombolas’. Para essa consolidação contamos com um aparato legal, como Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007; a Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007; Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009; e, a Portaria Interministerial 507/2011, dentre outras.

Além das lutas em movimentos sociais, o aparato legal apresentado vem consolidando, pouco a pouco, os direitos sociais e promovendo legitimidade às lutas desses povos.

A questão central deste trabalho se baseia na investigação envolvendo o processo de (des) reterritorialização da Comunidade de remanescentes de quilombo, Quarenta. Para compreendermos a complexidade de nosso objeto de pesquisa, realizamos alguns questionamentos acerca do processo de migração, da ocupação territorial, da inserção social e reprodução da cultura na Comunidade Quilombola Quarenta, quando pudemos identificar algumas hipóteses teóricas, as quais buscamos validar durante a pesquisa, quais sejam:

- Os conflitos que resultaram na ação migratória da Comunidade, relacionados às disputas pela posse da terra;
- O processo de ocupação dos remanescentes de quilombo da Comunidade Quarenta no município de Triunfo – PB e a ligação à necessidade de mão-de-obra pelos grandes produtores agrícolas deste município, paralelamente ao interesse e a necessidade do grupo comunitário, mais tarde identificado no município de Triunfo – PB como ‘Os Quarenta’, em conseguir trabalho e moradia.
- A reprodução da cultura desenvolvida pelos quilombolas, compreendida como uma tentativa de inserção e participação na sociedade local tendo como instrumento a Igreja Católica.

Diante desse contexto, consideramos a Comunidade Quarenta o nosso objeto de estudo e para a compreensão da história desse povo elegemos como objetivo geral investigar como se deu a ocupação territorial e a reprodução da cultura dos remanescentes de quilombo, Quarenta, no município de Triunfo – PB, considerando o processo de (des)reterritorialização por eles vivenciados.

Para a atenção deste objetivo elegemos como objetivos específicos:

- ✓ Refletir sobre o tráfico negreiro e a formação dos quilombos no Brasil, com destaque para a história dos remanescentes de Quilombo, Quarenta;
- ✓ Investigar sobre a história e as conquistas dos processos de formação e reconhecimento de quilombos no Estado da Paraíba, com ênfase para o processo de (des)reterritorialização dos remanescentes de quilombo da Comunidade Quarenta, no município de Triunfo – PB;
- ✓ Investigar aspectos relacionados à religião, ao patrimônio cultural e aos modos de vida como constituintes da territorialização da Comunidade Quarenta.

Nesse contexto, iniciamos a pesquisa analisando a inserção da população negra no Brasil, observando os fatores que influenciaram as formações dos quilombos no território nacional, e, localmente, conhecer a história dos remanescentes de Quilombo Quarenta, no município de Triunfo – PB, fortemente marcado por características singulares relativas à religião e religiosidades, as quais nos ajudam a compreender o desenvolvimento desse grupo em particular, bem como de sua presença no município de Triunfo – PB, cujo processo de emancipação política local se vê fortemente influenciado pela presença dessa Comunidade.

A religiosidade teve grande importância na inserção social dessa Comunidade, sendo facilitadora desse processo. E assim, analisando cuidadosamente os fatos que envolvem o cotidiano dessa comunidade quilombola, desde sua busca por um novo local junto a um personagem de relevância naquele município, o místico Zé de Moura, cujas orientações espirituais se davam no sentido de buscarem a terra prometida nos municípios antes mencionados.

Igualmente entendemos necessário o aprofundamento na análise das questões relacionadas à cultura reproduzida por essa Comunidade no município de Triunfo – PB. Para isso é interessante observar a importância atribuída às manifestações produzidas pela Comunidade e que influenciam no processo de construção de identidades, tornando-se eixo fundamental no desenvolvimento da pesquisa que apresenta a necessidade de informações capazes de suprir os objetivos para a construção deste trabalho monográfico.

Baseados em um roteiro (Apêndice B), investigamos através de entrevistas orais 5 (cinco) dos 27 (vinte e sete) sujeitos pertencentes a Comunidade Quarenta que responderam a um questionário previamente elaborado, e que ao longo do texto vão ser referenciados como entrevistado 1, 2, 3, 4 e 5. Além desses, foram entrevistados 2 (dois) sujeitos que não pertencem à comunidade quilombola pesquisada, mas que são fundamentais para obtenção de informações para produção desse texto, os mesmos são referenciados como entrevistado 6, proprietário de terras e meios de produção na década de 1950 e o entrevistado 7, liderança religiosa do município de Triunfo – PB. O cuidado em preservar as identidades dos entrevistados é por questões de ética para com o trabalho e os envolvidos, afirmando que já foi realizada a entrada de documento no Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). A pesquisa é desenvolvida acerca de um determinado recorte temporal, com estreita relação com o recorte espacial, correspondente ao momento em que ocorre a migração desde o município de Pombal – PB, no ano de 1952, passando por São José de Piranhas - PB, nos meses de novembro e dezembro de 1952, chegando ao município de Triunfo - PB, no dia 06 de janeiro de 1953, se estendendo até os dias atuais. Contudo, o período de pesquisa com essa comunidade se deu entre os meses de outubro de 2015 até fevereiro de 2017.

A opção metodológica empregada na pesquisa se deu em função de atender as especificidades do grupo investigado, através das versões disponibilizadas pelos próprios sujeitos. Com influência dessa ótica nos propusemos a desenvolver a pesquisa qualitativa e quantitativa como complementaridade.

Construímos um cabedal de informações a partir da realização de entrevistas, aplicação de questionários, levantamento documental disponível na Prefeitura Municipal de Triunfo-PB, como: Plano Diretor Participativo de Triunfo – PB (Triunfo: 2012), Lei Orgânica do Município; e, na sede da Associação Quilombola dos Quarenta, o Estatuto da Associação.

Além disso, foram necessárias também, pesquisas e análises de censo demográfico realizado na cidade de Triunfo – PB, através de dados secundários fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Utilizamos ainda, na pesquisa, informações fornecidas nos censos realizados pelo IBGE, nos anos de 1991, 2000 e 2010.

As informações obtidas serviram de base para a formação de um banco de dados, banco de informações, os quais foram tratados e sistematizados, sendo representados por meio de gráficos, tabelas e imagens no decorrer do texto, representando as investigações realizadas através de uma perspectiva dialética, além de considerarmos que a principal estratégia metodológica foi a utilização da história oral temática e biográfica.

Além das entrevistas, considerando a utilização da história oral como metodologia, destacamos a importância dos depoimentos dos entrevistados, os quais contribuíram para a elaboração deste texto e estão relatados no decorrer do trabalho.

Portanto, a investigação se deu num caráter qualitativo que busca a forma adequada para entender a natureza de um fenômeno e o outro quantitativo caracterizado pela quantificação nas modalidades de coleta de informações se fazendo necessários para a compreensão dos fatos que envolvem o cotidiano dessa comunidade quilombola e sua reprodução cultural, desde a busca por um novo local até a chegada histórica em Triunfo – PB.

A obtenção das informações registradas na pesquisa e neste trabalho se deu através, principalmente, da averiguação de campo, do contato direto com os sujeitos, partindo do nosso desejo particular de participar da vivência do grupo através de visitas constantes à Comunidade Quarenta, durante a pesquisa realizada. Nesse processo utilizamos questionários desenvolvidos junto a integrantes da Comunidade e entrevistas orais semiestruturadas com anotações em cadernetas, durante o trabalho de campo realizado; além de levantamento documental e bibliográfico, observação cultural e social dos sujeitos no âmbito do município e registros fotográficos.

Os motivos que nos influenciaram a realizar a pesquisa que originou este Trabalho se deram em função de nossa origem como residente e domiciliado no município de Triunfo – PB, além da nossa formação em Licenciatura em Geografia, proclamando a necessidade de uma olhar local para o espaço geográfico onde nos inserimos.

Ademais, pensando a nossa futura atuação docente e as questões relacionadas à essa prática, bem como a importância de uma educação contextualizada com a realidade dos sujeitos, intentamos na busca sobre a história da Comunidade Quarenta, quando percebemos a extenuante escassez de bibliografias sobre a referida Comunidade, o que nos influenciou ainda mais a necessidade da realização de pesquisa direta com os sujeitos mencionados, construindo este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), deixando-o como contributo principal aos sujeitos da pesquisa, bem como ao acervo bibliográfico da história local/regional.

Considerando e identificando que a localização do objeto de estudo circunscrito se encaixa dentro do nosso lugar social de convívio, se torna evidente o desejo de se aprofundar nas relações dinâmicas que se agregam, permitindo assim um interesse crescente diante da atividade exercida como pesquisador e estudante licenciado em Geografia.

Debruçamo-nos na pesquisa motivados pelos laços de arraigamento com o lugar, além de ter gravado na memória a história dessa comunidade que atravessa os tempos, continuando atual após ciclos de gerações. Nosso contato com a Comunidade Quarenta é antigo e essa relação vem desde gerações passadas, nossos avós e pais, para os quais os Quarenta prestaram serviço.

Além disso, percebemos que outro argumento capaz de desencadear o interesse para a realização da pesquisa está ligado à necessidade eminente de conhecer de forma mais aprofundada a reprodução sócio espacial, sobretudo ligada à cultura e história desse grupo de remanescentes de quilombo.

E ao conhecer as representações sociais da população negra do grupo Quarenta, este trabalho tem o propósito de contribuir para estabelecer um caminho possível para diminuir as barreiras existentes do preconceito racial que ainda são fortemente constatadas, conforme dados da pesquisa realizada e apresentada no texto. Neste sentido, espero através da pesquisa realizada e trabalho concluído, apresentar a cultura dos negros do município de Triunfo, através dessa produção textual construída a partir de dados coletados dos sujeitos da pesquisa, em congressos e similares, possibilitando a divulgação de acordo com os aportes disponíveis os processos pelos quais a construção histórica do grupo Quarenta trilhou.

Este trabalho está estruturado, em três capítulos interligados, além da introdução e considerações. O primeiro intitulado como: “Tráfico negreiro e escravidão no Brasil” apresenta o processo de inserção dos negros no país e a participação no desenvolvimento econômico, apontando as instituições que trabalham com as questões quilombolas no Brasil e na Paraíba.

No segundo capítulo intitulado: “Os quilombos na Paraíba e a (des) reterritorialização dos remanescentes de quilombo da Comunidade Quarenta no município de Triunfo – PB”, descrevemos os processos de formações dos quilombos no Estado da Paraíba e as comunidades existentes, além de relatarmos o processo migratório da comunidade para o município de Triunfo, frisando a formação territorial e a construção de identidades.

O terceiro capítulo denominado como: “Religião, patrimônio cultural e os modos de vida da Comunidade Quarenta no município de Triunfo – PB”, abordamos a importância do catolicismo para a comunidade negra, destacando a igreja como principal forma de inserção social. Apresentamos, também, as manifestações culturais reproduzidas pela comunidade, seus modos de vida e organização social.

1. TRÁFICO NEGREIRO E ESCRAVISMO NO BRASIL

A complexidade da inserção dos negros no Brasil é inquestionável. A chegada forçada, as lutas travadas, os castigos severos, a esperança da liberdade e a abolição. Entre cada um desses momentos existem subtendidos a dor e o sofrimento que se arrastaram Séculos, desde o período escravocrata, iniciado por volta de 1539 com a chegada dos primeiros escravos à Capitania de Pernambuco.

Para iniciarmos o debate aqui proposto acreditamos ser indispensável à compreensão do conceito de Território como importante debate da Ciência Geográfica e, isso acontece pelo fato de existir ligação direta entre essa categoria geográfica e os processos de construção e transformação do espaço, perceptível no movimento migratório dos povos escravizados.

No território brasileiro, a escravidão perdurou legalmente até o dia 13 de maio de 1888, ocasião em que os movimentos de resistência contra a escravidão demonstravam sua ascensão e, por conseguinte, os primeiros traços de enfraquecimento do poder Senhorial, culminando no movimento de Abolição da Escravatura, quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, ‘extinguindo’ a escravidão no País. Não pretendemos neste trabalho acentuar uma discussão sobre extinção do escravismo no Brasil, especialmente por vivenciarmos processos de alienação dos sujeitos no tocante aos seus direitos e a acentuação contínua da desigualdade social, presentes em nosso País.

Mas a ação de caráter libertário não pode ser compreendida como algo tão simples. Longe disso, a escravidão e o processo abolicionista são extremamente complexos, por motivos diversos. É possível analisar na história, várias vertentes acerca do processo de abolição, mas que não cabem relatos aqui, até porque não se aplica diretamente à proposta que discorre o tema. O que proponho é uma breve e superficial discussão da introdução e reterritorialização dos negros no País servindo como base estrutural do tema formulado para este Trabalho.

Neste primeiro capítulo faz-se necessário uma apresentação breve da história ligada à inserção dos negros no território nacional, abordando as causas do tráfico negreiro e como o mesmo ocorria.

Descrevo ainda como se deu a acomodação dos negros no Brasil, o trabalho que desenvolviam e o modo de vida desumano pelo qual enfrentaram. Tudo isso, com um intuito voltado para o crescimento econômico desenvolvido no período Colonial, através da força de trabalho escravo. Igualmente, referencio os motivos para o desenvolvimento dos quilombos, os mecanismos utilizados no processo de abolição no país e os processos migratórios,

semelhante ao que aconteceu com a Comunidade Quarenta. Destaco, também, as ações das entidades que trabalham no auxílio para aquisição e fiscalização dos direitos da população negra no Brasil, e em particular no Estado da Paraíba.

1.1 Escravismo e Chegada dos Negros no Brasil

Para se iniciar um estudo sobre a diáspora africana devemos antes de tudo pensar os processos de territorialização e desterritorialização como questões concomitantes, tornando-se fundamentais para compreensão das práticas humanas (HAESBAERT, 2007). Os povos escravizados, forçados a realizar migrações continentais, construíram e desconstruíram territorialidades. Entretanto, não existe um consenso de que os processos que envolvem desterritorialização são precedidos de processos de reterritorialização (CHELOTTI, 2010).

Os Escravos que chegaram ao Brasil, geralmente, foram trazidos pelos portugueses no período colonial. Segundo Grinberg e Sales (2011, p. 210), em 1808 a população dos domínios portugueses na América somava 2.424.463 pessoas, sendo (31,1%) delas escravizadas.

O tráfico de negros africanos denuncia os primeiros momentos de suas desterritorializações alcançando números considerados exorbitantes, porém, não se permite a formulação de cálculos exatos para o fluxo de entrada dos negros no Brasil, uma vez que, foram destruídos documentos relativos ao tráfico e à escravatura, logo após a abolição (AZEVEDO, 1975, p. 12).

Essa prática social de se exercer direito de propriedade sobre o outro atravessou Séculos e, mesmo não se tendo a exatidão da quantidade de pessoas escravizadas é possível estimar que:

Nunca é demais lembrar que o Brasil recebeu, entre meados do século XVI e meados do XIX, aproximadamente quatro milhões de cativos, 40% de todos os africanos transportados através do Atlântico entre os séculos XV e XIX. (GRINBERG; SALES 2011, p. 213).

Os africanos escravizados foram forçados a se desenvolver de acordo com as fundamentações de importantes processos geográficos a partir da diáspora realizada. Primeiro pelo rompimento da territorialização construída no local de onde foram capturados, caracterizando assim o processo de desterritorialização, e se reterritorializando a partir da

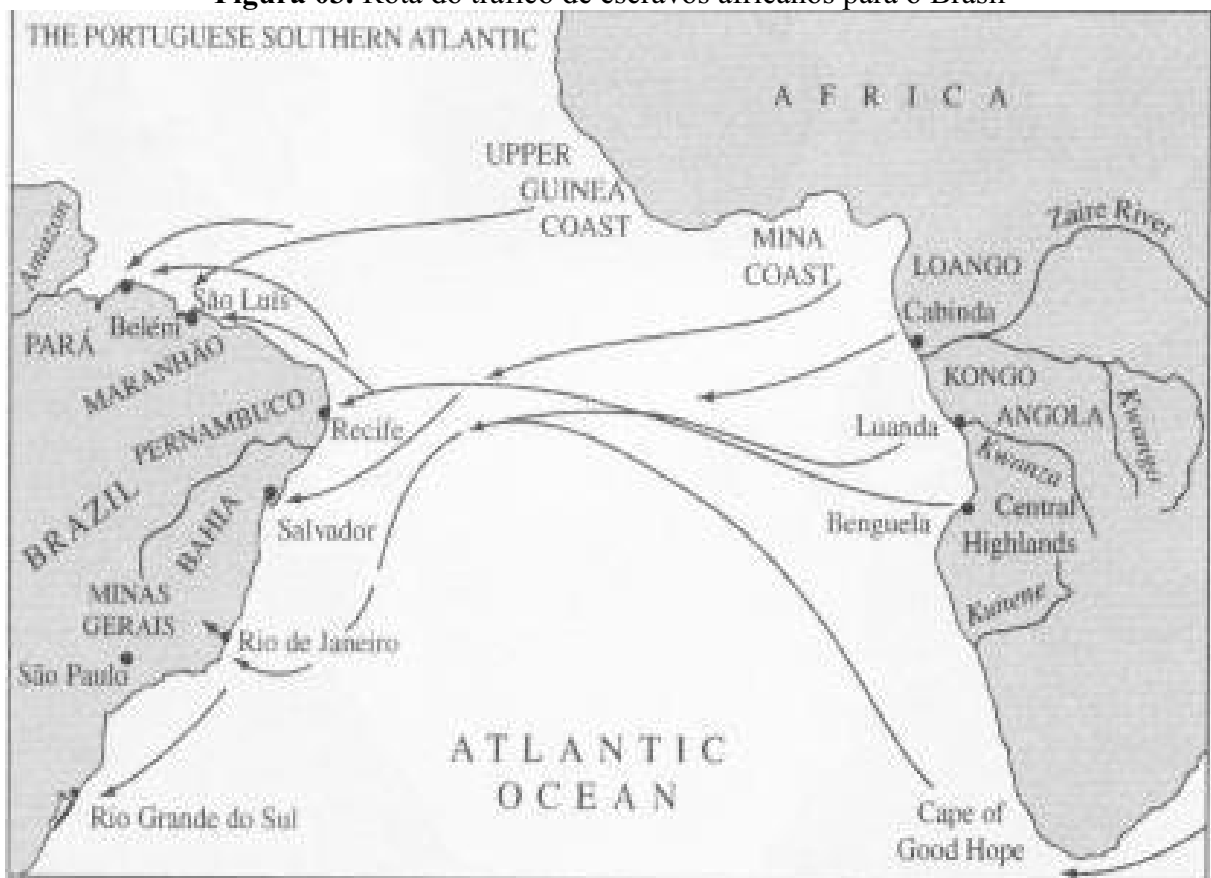
vivência em outro território. Sobre esses Processos geográficos, Chelotti (2010, p. 167), afirma que:

Estamos diante do que se denominou processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), pois a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização.

Os negros africanos desterritorializados e trazidos para América, em especial para o Brasil, eram usados como moeda de troca entre produtos, por exemplo, armas de fogo, tecidos, utensílios de vidro, ferro, tabaco, entre outros (AZEVEDO, 1975).

As principais rotas usadas para o transporte dos escravos nos navios negreiros para o Brasil foram às da Guiné, Região do Congo, Angola e Moçambique. A figura 03 ilustra o percurso do tráfico pelo Atlântico.

Figura 03. Rota do tráfico de escravos africanos para o Brasil



Fonte: Linda M. Heywood (Ed.), 2002, p. 29.

Os transportes usados para o tráfico dos escravos negros eram os navios negreiros, também conhecidos como ‘navios tumbeiros’. Em condições precárias e desumanas eram transportados homens, mulheres e até crianças, amontoados em um mesmo local, sem higiene, com insetos, falta de alimentos, proliferação de doenças, dentre outras condições as quais denunciavam as condições subumanas a que eram submetidos.

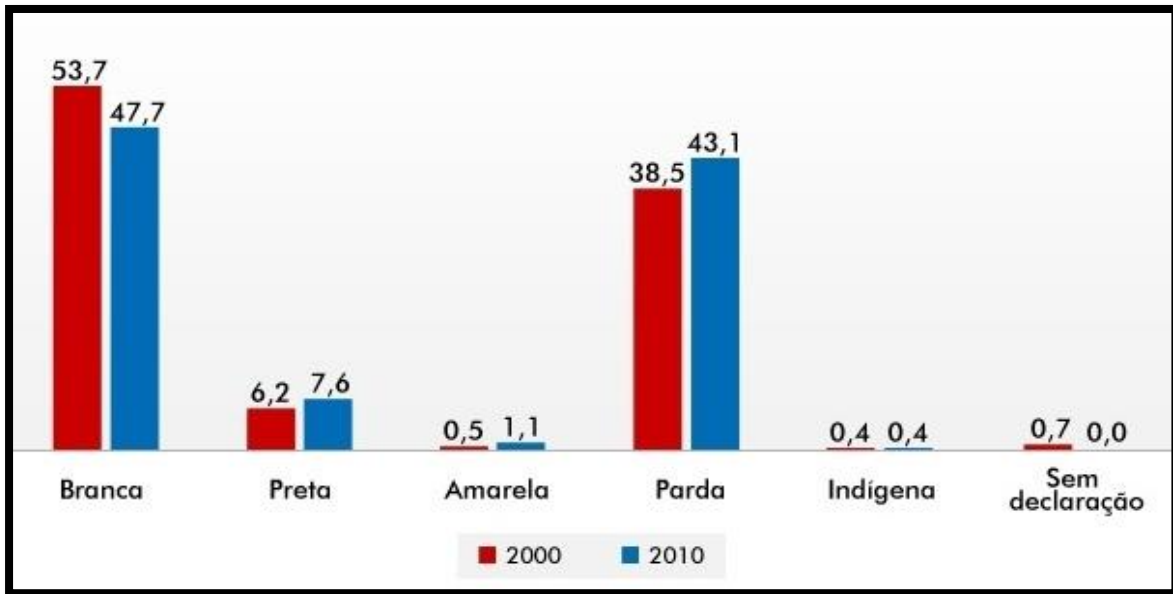
Durante esse processo de traslado muitos negros não resistiam e vinham a falecer. Os que conseguiam chegar tinham que se adaptar ao novo território e conseqüentemente se reterritorializarem. Haesbaert (2007, p. 127), aponta que a reterritorialização é o movimento de construção do território em outras bases; no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos em um novo território.

Os escravos (des)reterritorializados, trabalhavam exaustivamente sob a pena de castigos. O tempo de vida útil dos negros escravizados era muito baixo devido às condições de vida a que eles eram submetidos, sendo necessária uma renovação constante da força de trabalho escravista, como afirmam Andrade e Fernandes (1991, p. 95):

Para que isto pudesse ter êxito e esse dinamismo não entrasse em colapso, criou-se o tráfico com África que supria de novos braços aqueles que morriam ou eram inutilizados para o trabalho. Desta forma, o fluxo permanente de africanos permitia ao senhor níveis de exploração assombrosos e uma margem de lucro que propiciava a manutenção de todo um aparato de luxo e lazer sem precedentes.

Nesse contexto de trabalho escravo, a resistência negra no Brasil se desenvolveu mediante a opressão e aos castigos físicos sofridos, reconhecidos muitas vezes pela sociedade como “exemplar”, o que segundo Lara (1998, p. 87) implicava principalmente a submissão para com os seus donos. Conforme a autora (*ibidem*): “A quantidade de cicatrizes providas dos açoites, as marcas das peias ou dos troncos identificavam também a sua qualidade, o grau de sua submissão”.

Diante desse contexto de migração e territorialização dos negros no Brasil é interessante a análise sobre a distribuição da população segundo os critérios da cor da pele em território nacional, conforme apresenta o gráfico 01, com dados comparativos do censo de 2000 e 2010 realizado pelo IBGE.

Gráfico 01: Distribuição da população brasileira, segundo cor ou raça (em%)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Os dados apresentados demonstram que no período de uma década a população que se autodeclara branca ainda é maioria no Brasil, mas apresentou um considerado declínio ao longo do período, ao mesmo tempo em que, o número de pessoas que se classificam como pardas ou pretas cresceu.

No caso da Comunidade Quilombola Quarenta e de acordo com a observação de campo a declaração de reconhecimento como negros é perceptível nas falas dos sujeitos entrevistados durante o desenvolvimento da nossa pesquisa, embora reconheçam as dificuldades pelas quais passam, especialmente em função do acesso a condição de igualdade e ao preconceito. É compreensível que assumir a pertença dessa marca identitária que, na história do Brasil, teve o peso da escravidão e do racismo, não é fácil (MARACAJÁ, 2013).

A presença dos escravos negros consolidou a importância dos negros no desenvolvimento econômico do Brasil. Os escravos comercializados no território nacional obrigados a trabalhar arduamente, possibilitaram com influência direta o crescimento e desenvolvimento econômico do país. Segundo Hall (2003, p. 30), “A via para nossa modernidade está marcada pela conquista, expropriação, genocídio, escravidão pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial.”

O transporte dos negros para o país era tratado pelos proprietários dos meios de produção como um sistema de mercado lucrativo, eficiente e necessário ao enriquecimento dos detentores dos meios de produção, demonstrando a estratificação de classes sociais

indicada por Karl Marx. Corroborando a essa assertiva, Maestri Filho (1986, p. 94) afirma: “O comércio desenvolvera-se, principalmente o de longa distância, voltado para o abastecimento do consumo da nobreza e da burguesia endinheirada”.

A mão-de-obra advinda dos escravos comercializados era utilizada na produção agrícola, principalmente, nos canaviais devido à alta do valor do comércio açucareiro, gerando lucros crescentes para os grandes produtores, uma vez que, a mão de obra era barata.

No Brasil Colonial se estabeleceu a necessidade profunda dos capitalistas e donos dos meios de produção em buscar um grande número de trabalhadores para o desenvolvimento de técnicas agrícolas, encontrando no processo escravocrata a solução para os seus interesses econômicos. Sobre esse estado de exploração dos negros escravizados, pela elite senhorial, e seus reflexos na atualidade, Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 5) afirmam, “é a partir dessa posição historicamente desfavorável no que diz respeito as relações de poder, que comunidades quilombolas vem lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história”.

A extensão territorial brasileira somada à fertilidade do solo propiciou inicialmente o plantio de monoculturas, especialmente abarcando muita mão-de-obra destinada à alta produtividade. Segundo Moraes (1988, p. 38) “qualquer que seja o número de braços de que disponha o proprietário de terras para a plantação, a sua colheita sempre exigirá um número maior para a sua realização”, caso semelhante ao que ocorreu na cidade de Triunfo – PB, cuja atividade agrícola extensiva de algodão e outros cultivos, como: milho, feijão e mandioca atraíram os integrantes da Comunidade Quilombola Quarenta como veremos adiante.

Após elucidar acerca da participação dos negros no desenvolvimento econômico em todo o país através do seu trabalho, é necessário observar também, a resistência a essas condições empregadas no desenvolvimento desses trabalhos, que os levaram a se refugiarem nos chamados Quilombos.

1.2 A Formação dos Quilombos no Brasil

Os quilombos considerados como refúgios para os negros representaram uma das mais importantes formas de resistência à escravidão. Os territórios quilombolas foram muito mais do que um abrigo para os negros fugitivos, apresentando-se como uma estratégia de resistência, permitindo o desenvolvimento em comunidade e a reprodução de seus rituais, cânticos, rezas, costumes e sua cultura (MARACAJÁ, p. 30, 2013). As fugas das grandes fazendas era um reflexo da rejeição às submissões nas formas de trabalho e vida, quando os

negros buscavam a liberdade, almejando o desenvolvimento das práticas culturais, anteriormente realizadas em sua origem, quando ainda não submetidos à escravidão, além da contribuição conquistada de natureza inquestionável para a formação da cultura afro-brasileira.

Esses rompimentos territoriais, entendidos aqui pela migração, que afeta diretamente nos modos de vida dos sujeitos podem ser considerados como marcadores sociais que em determinado sentido estabelecem limites através dos quais os sujeitos constroem suas identidades, incidindo assim na sua produção (FERNANDES; SOUZA, 2016). O território é fonte importante para afirmação desses e de outros grupos sociais e influencia na formação de identidade de uma forma bastante fluída, levando em conta a flexibilidade dos grupos étnicos e, sobretudo, a ideia de que um grupo, confrontado por uma situação histórica peculiar, como tráfico negreiro ou o processo migratório em resistência ao escravismo, realça determinados traços culturais que julga relevantes para constituir identidades (SCHMITT *et al.* 2002).

É a partir da verificação da resistência desses povos, ao processo de submissão, que ocorre uma compreensão dos valores das lutas pelos direitos e igualdade que lhes foram negados, em outrora. Para Maracajá (2013), diante ao contexto de resistência é necessário trazer para o debate a história marcada pelo silêncio, negação, privação de direitos, arbitrariedades e violência para que possamos compreender os movimentos combativos a resistência.

O principal mecanismo utilizado para resistir à opressão ao escravismo foram os quilombos que eram considerados como espécies de abrigos para os escravos que fugiam das tutelas dos seus proprietários e se refugiavam com outros negros em igual situação em lugares escondidos, localizados no meio das matas. E essas primeiras formações surgiram na época do Brasil Colonial. Nesses locais eles construíam uma nova forma de vida de acordo com a cultura africana, plantando e produzindo seu sustento em comunidade organizada. Andrade e Fernandes (1991), explicam que “para entender o que foram os quilombos, talvez uma das trilhas, seja entender movimentos jamais conhecidos, como a organização da população pobre em Canudos.”.

Essa resistência negra foi ganhando força ao longo da história e nos quilombos eles buscavam a ‘liberdade’, essas fugas começaram a ser constantes e um grande número de escravos passou a se abrigar em centenas destas comunidades espalhadas pelo território nacional. Seguindo esse raciocínio, Andrade e Fernandes (1991, p. 38) afirmam:

A resistência negra nunca cessou, ela evoluiu inclusive para formas bastante amplas, para a organização de quilombos, que são algo parecido com território liberados, com uma economia, um governo diferente, a respeito dos quais lamentavelmente temos também pouca informação escrita. Isso dificulta também a reconstituição.

Após o início dessas fugas organizadas, os quilombos cresceram rapidamente, se tornando para os negros, que continuavam escravizados, o principal foco de esperança para a vida em liberdade. O período em que se presenciou o auge das fugas e crescimento dos quilombos se estende entre a segunda metade do século XVIII e início do XIX, nessa época o Quilombo dos palmares chegou a abrigar mais ou menos 50 mil escravos.

Durante esse longo período de escravismo marcado por fugas tidas como ilegais foram adotadas algumas leis influenciadas pelas lutas diretas de abolicionistas como Joaquim Nabuco, proporcionando o fim gradual da escravidão no país, conforme demonstra o quadro 01.

Quadro 01. Mecanismos utilizados na abolição da escravidão no Brasil

Ano	Lei	Assunto
1850	Lei Eusébio de Queirós	Proibição do tráfico de escravos para o Brasil.
1871	Lei do Ventre Livre	Declarou de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei.
1885	Lei dos Sexagenários	Concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade.
1888	Lei Áurea	Declarou a extinção desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Fonte: Organizado pelo autor, 2016.

Esse quadro apresenta os principais mecanismos abolicionistas legais que colocaram o fim no regime escravocrata. Analisando esse quadro é perceptível que as condições de tutela sobre os escravos dentro desse regime já se encontrava em declínio quando entrou em vigor a Lei Áurea. A implantação dessa lei não disponibilizou uma orientação a esses povos negros, muito menos se fortificou no Estado a discursão pela necessidade de integrar essa massa, agora ‘livres’, às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado e melhores condições de vida. Para (MARACAJÁ, p. 30, 2013):

Entendemos que a ideia propagada pela historiografia tradicional de que, com a abolição, findaram as relações escravistas no Brasil, é facilmente desmistificada com o fato de que os libertos não receberam qualquer tipo de apoio do Estado, da igreja

ou de qualquer outro segmento da sociedade, no que se refere ao acesso a direitos sociais que lhes garantissem, de algum modo, naquele primeiro momento, e diante da nova situação que a eles se apresentava, condições de se inserir no mercado de trabalho.

Diante dessas colocações é compreensível a afirmação de que a identidade de negro é colocada como uma relação de diferença calcada na subalternidade e na diferença de classes, conforme nos apresenta Schmitt *et al.* (2002). Corroborando essas afirmações Fernandes e Souza (2016, p. 109) aponta que, “indivíduos ou grupos sociais não trazem dentro de si uma essência negra ou branca, mas essas categorias podem ser ressignificadas conforme necessidade e contexto social”.

Mesmo com o fim do tráfico e do sistema escravocrata e, compreendendo o difícil momento vivenciado pelos negros na negação de direitos, pós-escravidão, os quilombos continuaram e se expandiram para comunidades cada vez mais organizadas. Arruti (2006) aponta que para investigar os quilombos na atualidade é necessário levar em consideração os processos de reivindicação de direitos, de identificação e de tomada de posições enquanto quilombolas.

As comunidades quilombolas podem ser inscritas como negras ou pardas de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Percebendo a necessidade de órgãos e instituições para apoiar esses grupos, foram criados alguns no Brasil e, atualmente no território nacional existem movimentos negros combativos, que lutam, entre outros, pelo cumprimento adequado do plano de ação assumido na Conferência da ONU (2001) contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e a Intolerância Correlata¹, como também pela execução prática das propostas estabelecidas nas Conferências Nacionais de Promoção de Igualdade Racial, organizadas nos anos de 2005 e 2009 pelo Governo brasileiro. “As recentes conquistas do povo negro são frutos da resistência e da militância dos movimentos sociais” (ARAÚJO, 2012). Esses movimentos têm como objetivo a luta pela igualdade racial e de direito, promovendo a conscientização e enfrentando o racismo fortemente arraigado na sociedade.

Sobre as lutas pelos direitos negados historicamente, Schmitt *et al.* (2002, p. 5) nos fala que, “um processo histórico de resistência, deflagrado no passado, é evocado para constituir resistência hoje, praticamente como a reivindicação de uma continuidade desse mesmo processo”.

¹ Falta de tolerância daquilo que é correlacionado, correlatado, dito novamente.

No Brasil, existe a Fundação Cultural Palmares que desenvolve seu trabalho na busca de uma política cultural igualitária e inclusiva, contribuindo para a valorização das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais. No âmbito do Estado da Paraíba existem entidades como a Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes (AACADE) e, Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CECNEQ/PB), as quais desenvolvem ações pela valorização e melhores condições de vidas para as comunidades negras do estado, conforme apontamos no próximo item.

1.3 A Fundação Cultural Palmares no Brasil e as Ações da AACADE e CECNEQ na Paraíba

A Fundação Cultural Palmares (FCP) foi fundada pelo Governo Federal, no dia 22 de agosto de 1988, por força da Lei nº 7668. A primeira instituição pública voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC).

A FCP comemora 28 anos de funcionamento e desenvolvimento de suas ações, operando em parceria com a sociedade e o movimento negro em defesa dos direitos quilombolas, das religiões de matriz africana e das ações afirmativas com o objetivo de banir as desigualdades históricas e as discriminações raciais, étnicas e religiosas (ARAUJO, 2012).

Segundo informações disponíveis no portal eletrônico da Fundação Cultural Palmares, durante esse período já foram emitidos mais de 2.476 certificações para as comunidades quilombolas no Brasil. Ainda de acordo com informações que constam no portal da Fundação, do Ministério da Cultura, a mesma realizou um levantamento que mapeou 3.524 comunidades remanescentes de quilombo no Brasil. A figura 04 ilustra a atuação da Fundação Cultural Palmares no território nacional.

Figura 04: Comunidades Quilombolas Certificadas Pela Fundação Palmares no Brasil



Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2017.

Para auxiliar a regulamentação das comunidades negras foi instituída a Portaria nº 98, tratando em seu Art. 1º o ato de Instituir o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03 (BRASIL, 2007).

O documento de certificação reconhece os direitos das comunidades e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal. É referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras e no apoio e difusão da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-brasileira nas escolas (BRASIL, 2003).

A Fundação Palmares já distribuiu publicações que promovem, discutem e incentivam a preservação da cultura afro-brasileira e auxiliam professores e escolas na aplicação da Lei. Dentre as suas funções destaca-se a formalização da existência e do reconhecimento de comunidades negras, além da assessoria jurídica e desenvolvimento de projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. O reconhecimento dessas comunidades, ainda de acordo com a Portaria nº 98, reforçada no Art. 2º, dispõem que consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2007).

Dentre as comunidades que se enquadram nessas considerações legais e com processos em andamento, na Fundação Palmares, destacamos o grupo Comunitário Quarenta, remanescente de quilombo e que se localizam na cidade de Triunfo – PB, possuindo um histórico marcado pela migração.

No caso da Comunidade Quarenta, o seu processo de identificação já se encontra realizado pela Fundação Cultural Palmares, mas o processo de certificação apresenta-se em andamento aguardando complementação de documentação. Segundo as informações disponíveis no portal da Fundação Palmares o processo de certificação dessa comunidade foi aberto em 20/04/2011, com o número: 01420.004576/2011-29; e com a documentação faltante: Ata/Histórico.

Em entrevista com a presidente da Associação Quilombola da Comunidade Quarenta, ela afirmou: “a demora da conclusão desse processo é resultado de uma desorganização da comunidade em si e desinteresse por parte do poder público do município”, algo que se assemelha com outras partes do país.

No Estado da Paraíba encontramos duas entidades que analisam e trabalham com a questão quilombola: a Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes (AACADE), a qual introduziu pioneiramente essa discussão no Estado, e a Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CECNEQ/PB), fundada a partir do trabalho e interesse de integrantes da AACADE.

Estas duas organizações surgem e são articuladas inicialmente para atender as demandas das comunidades quilombolas existentes no Estado. A AACADE existe desde o ano de 1996, mas só foi institucionalizada no ano de 2003, enquanto que a CECNEQ iniciou seu trabalho no Estado, no ano de 2004 e se institucionalizou em 2008. Assim,

A entidade AACADE surgiu a partir da iniciativa de um grupo formado por professores, educadores populares, assistentes sociais, agentes de saúde e voluntários que se dedicavam a prestar assessoria à população do campo, em especial a trabalhadores e famílias sem-terra. (ARAUJO, 2008, p. 66.)

De acordo com Souza (2012, p. 124), as ações da AACADE como instituição na Paraíba sobre as comunidades afrodescendentes se pautam pelos seguintes objetivos: identificação das Comunidades Negras da Paraíba; articulação e organização das comunidades negras/quilombolas e assentamentos para obtenção de direitos e viabilizar a integração das comunidades negras/quilombolas e assentamentos às políticas públicas. Outro objetivo e função da AACADE é apoiar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas/CECNEQ.

Ambas as entidades disponibilizam informações e dados sobre as comunidades negras/quilombolas existentes na Paraíba, divulgam os projetos desenvolvidos, facilitam o acesso a biblioteca com material para desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e disponibilizam um acervo fotográfico abundante das comunidades quilombolas da Paraíba².

Segundo informações fornecidas pela AACADE e a CECNEQ o início dos processos de auto reconhecimento ocorreram, principalmente, em virtude de todo um trabalho idealizado e realizado. Esse trabalho se constituiu primeiramente em buscar informações sobre a existência de localidades onde viviam famílias que, na sua maioria, fossem compostas por pessoas negras e, posteriormente, na realização de reuniões, vislumbrando construir discussões junto aos membros das comunidades para avaliar as razões que dão sustentabilidade para se enviar a documentação a Fundação Cultural Palmares, solicitando a emissão de registro da comunidade enquanto remanescente de quilombos.

² Disponível na internet no seguinte endereço eletrônico: <http://quilombosdapaiba.blogspot.com.br/>.

Observando o trabalho desenvolvido por essas entidades no Estado da Paraíba é perceptível o envolvimento que elas apresentam diretamente no processo de identificação das comunidades quilombolas, possibilitando conseqüentemente a emissão dos certificados pela Fundação Cultural Palmares. Sobre essas ações e de acordo com Souza, (2012, p. 124):

Essas ações demonstram que a AACADE está diretamente envolvida no processo de auto identificação das Comunidades Remanescentes de Quilombos. Atua no sentido de identificá-las, na reivindicação de políticas públicas, reuniões de orientação e “conscientização” de sua condição negra, esses procedimentos, geralmente culminam com a solicitação, junto à FCP da emissão da certidão de auto reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo.

Portanto, com objetivos semelhantes à FCP, AACADE e CECNEQ/PB definidas como entidades ‘responsáveis’ pelas comunidades negras e quilombolas, estão empenhadas em trabalhar no desenvolvimento de projetos que visam assegurar assistência e desenvolvimento às famílias assentadas e moradoras dessas comunidades no Estado da Paraíba, a exemplo, a Comunidade Quarenta no município de Triunfo.

Analisando os trâmites legais em favor do desenvolvimento social das comunidades quilombolas, podemos citar o Decreto Nº 6.261, que dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências (BRASIL, 2007). Esse Decreto em seu Art. 1º trata das ações que constituem a Agenda Social Quilombola, implementada por meio do Programa Brasil Quilombola, justificando que serão desenvolvidas de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil, ficando sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Para Fernandes e Souza (2016, p. 109), a questão racial está diretamente ligada com a identidade estereotipada, ou seja, atribuída ao negro como algo forjado socialmente com intuito de inferiorizá-lo, formulada desde o período colonial.

Ainda de acordo com as autoras (*Ibidem*):

Ambas as dimensões da identidade atribuída ou de auto atribuição (identidade negra) são coletivamente construídas e se transfiguram conforme o contexto social, cultural e político. No entanto, a identidade atribuída é dotada exclusivamente de um caráter essencializador, na medida em que relações de poder estão envolvidas na essencialização do que é ser negro.

Schmitt *et al.* (2002), esclarece que o sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade. Em contra partida a identidade atribuída, apresenta-se a identidade auto atribuída (identidade negra), entendida como um posicionamento do sujeito perante aquilo a qual se determina como pertença.

Veremos mais detalhadamente no capítulo 2, a trajetória da Comunidade Quarenta como remanescente de quilombo e que passou por um processo migratório, iniciado com a saída desse grupo da Comunidade Mãe D'água, zona rural do município de Pombal-PB, onde viviam em comunidade e trabalhavam na agricultura, passando rapidamente (dois meses) pelo município de São José de Piranhas, para a realização de trabalhos com o objetivo de obter recursos financeiros, até a chegada em Triunfo.

No próximo capítulo trataremos dos quilombos na Paraíba e suas formações. Além de nos debruçarmos sobre os processos de (des) reterritorialização dos remanescentes de quilombo da Comunidade Quarenta no município de Triunfo – PB, analisando as causas do processo através de relatos dos entrevistados.

2. OS QUILOMBOS NA PARAÍBA E A (DES) RETERRITORIALIZAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DA COMUNIDADE QUARENTA, NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO – PB

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, na Paraíba o desenvolvimento dessa prática não foi diferente e se apresentou fortemente nas produções econômicas do estado. Traremos nesse capítulo as formas de chegada dos povos africanos na Paraíba, assim como os motivos pelo quais ocorreu o regime escravocrata. Apontando a resistência desses povos que culminou o surgimento dos quilombos e o desenvolvimento dessas comunidades dentro do território paraibano.

No caso do grupo quilombola Quarenta impressiona-nos a inserção na história local, que aconteceu de forma bastante peculiar, antes mesmo da localidade se tornar município. De acordo com os entrevistados da pesquisa essa Comunidade avistou na migração a melhor alternativa após conflitos ocorridos na região de origem.

Diante de um contexto complexo, a história desse grupo de remanescente de quilombo apresenta atrativos múltiplos refletidos em seus modos de vida e representados em seus hábitos culturais, despertando interesse naqueles que buscam conhecer o passado dos negros através de relatos de quem tem intimidade com a história do grupo porque também são partícipes, para relatar os acontecimentos. A condição atribuída a remanescente de quilombo é também definida de forma ampla e enfatiza os elementos identidade e território Schmitt et al (2002).

Nesse segundo capítulo apresentamos os quilombos na Paraíba e o território como importante elemento para afirmação de grupos sociais. Partindo dessa afirmação se torna fácil à percepção de que a territorialidade construída por esses grupos é determinada por diferentes formas de apropriação social, em espaços e tempos diferentes.

Seguindo nessa perspectiva apresento que as identidades culturais das diversas comunidades formadas pelo mundo, e é claro a Comunidade Quarenta é firmada a partir de uma ocupação territorial em uma determinada porção no espaço geográfico. Não menos importante apresento a forma de inserção no município e as atividades produtivas desenvolvidas por essa comunidade.

2.1. A Criação e o Reconhecimento dos Quilombos na Paraíba

A ocupação do território paraibano deu-se no século XVIII e, foi possível através da ostensiva usurpação das terras indígenas. O povoamento dessa região deu-se principalmente pelos mamelucos³, e pelos cafuzos⁴ que se encontrava em menor número (SOUZA, 2012, p.70).

Ainda de acordo com a autora, essa ocupação teve início no litoral e só se consolidou dois séculos depois, isso devido às dificuldades existentes, principalmente, pelo relevo acidentado do Planalto e da Borborema, além da forte resistência dos nativos que viviam na região.

O sistema escravocrata, também, vigorou dentro dos limites desse Estado nordestino. Os negros escravizados trazidos da África chegaram ao território paraibano em paralelo ao período em que os portugueses começaram o processo de conquista das terras indígenas localizadas ao norte da Capitania de Pernambuco. Sobre esse processo de conquista e tráfico, Flores (2014, p. 83), afirma:

A documentação da conquista indica a presença de população africana escravizada nas primeiras expedições militares que partiram de Pernambuco. O desembarque da longa travessia do Atlântico entre as costas ocidentais da África e o litoral do nordeste oriental do Brasil levava meses, assim como também demorava o percurso de Olinda para se chegar às terras das nações Tabajara, margem direita do rio Paraíba (sul) e Potiguara, margem esquerda do rio (norte).

Os africanos traficados para Paraíba começaram a desenvolver o trabalho escravo nas áreas litorâneas e em suas proximidades, mas com o avanço das explorações territoriais os negros foram se disseminando por outras partes do Estado, inclusive o Sertão, povoando o território paraibano.

Os relatos sobre as causas que levaram à prática do escravismo no estado são as mesmas conhecidas ao longo do território brasileiro, ligadas diretamente a exploração econômica, principalmente, nas práticas agrícolas em serviços braçais.

O número de escravos traficados para a Paraíba foi alvo de estudos entre historiadores. Sobre esses dados demográficos, Flores (2014, p.84) apresenta:

No ano de 1798 a população escravizada era composta por 8.897 pessoas (22,3% de um total de 39.894 habitantes). No ano de 1811, o número de escravizados aumentou para 17.633 pessoas (14,4% de um total de 122.407). No ano de 1851, já com o final do tráfico de africanos para o Brasil, a população escravizada subiu para 28.546 pessoas (13,4% de um total de 212.466) e os últimos dados do Censo Geral de 1872 indicam o número de escravizados em 21.526 pessoas (5,7% de um total de

³ Povos descendentes de brancos com índios.

⁴ Povos resultantes da mistura de índios e negros.

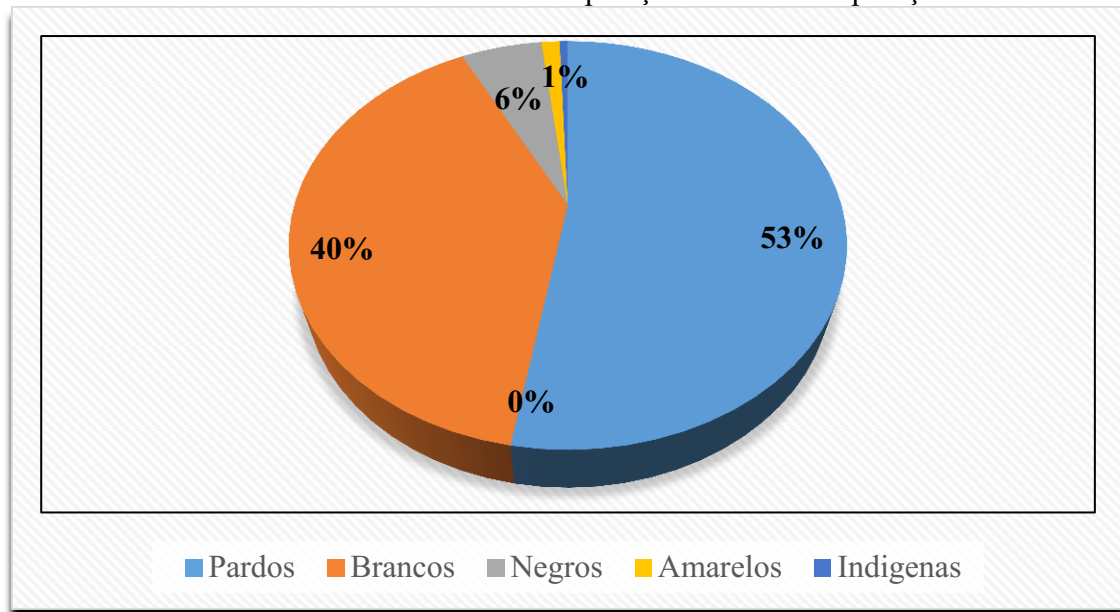
376.226). (...) em 13 de maio de 1888, contava com 9.400 pessoas com a liberdade negada.

Diante desses dados históricos da população escravizada aqui apresentados é possível relatar, após uma análise, que o número de pessoas escravizadas na Paraíba, ou seja, privadas da liberdade, manteve uma crescente nos anos em que se exerceu a prática do tráfico negreiro. Por exemplo, em 1798 a liberdade era negada a 8.927 pessoas, em 1851 o número subiu para 28.546 pessoas que sobreviviam dentro do sistema de trabalho escravo. Porém, é possível verificar que essa população privada da liberdade começa a apresentar um declínio na última década da escravidão, período que antecede a abolição no Brasil. Segundo esses dados, em 13 de maio de 1888 dia oficial da abolição apenas 9.400 negros se encontravam com a liberdade negada.

Assim como em outras partes do país os quilombos na Paraíba surgiram a partir da necessidade dos negros escravizados em buscar alternativas para se libertarem dos modos de vidas subumanos e das condições de trabalho a que eram submetidos nesse sistema.

Os quilombos são conhecidos como a maior forma de resistência negra já existente ao sistema escravocrata vigorado no território nacional. Mesmo com o fim do sistema, na Paraíba e no Brasil as lutas contra as desigualdades raciais continuam.

O Brasil é considerado um país mestiço e com grande influência da carga genética da população negra. Segundo Flores (2014, p.99), reconhecidas como quilombolas são cerca de 2.500 famílias com cerca 12.000 pessoas. Entretanto, segundo os dados do IBGE 2010, no estado paraibano vivem 211.359 negros. Essa representação populacional é ilustrada no Gráfico 02.

Gráfico 02. Paraíba: Composição Étnica da População.

Fonte: IBGE, 2010.

O Gráfico 02 apresenta o perfil demográfico populacional da Paraíba, cujas discrepâncias de valores acerca dos percentuais apresentados permitem a reflexão acerca da importância da criação de políticas públicas afirmativas que vislumbrem o seu desenvolvimento, para fim de resolução dos problemas e reivindicações exercidas por determinados grupos sociais.

Essas lutas por políticas de direitos para os negros na Paraíba são organizadas através de movimentos sociais e entidades como a AACADE e CECNEQ/PB, as quais discutem a questão negra, bem como a origem e análise das comunidades quilombolas.

Ainda segundo Flores (2014), na Paraíba as informações e dados das entidades da sociedade civil atuantes no Estado, como AACADE e a CECNEQ/PB e da Fundação de Cultura Palmares (FCP), assim como pesquisas feitas por professores e estudantes das universidades paraibanas como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) indicam a existência de 39 comunidades quilombolas distribuídas por 25 municípios nas quatro mesorregiões do estado: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano, conforme depreendemos no mapa, a seguir, o qual ilustra os limites de divisas do Estado da Paraíba e apresenta de forma pontual as 39 comunidades quilombolas identificadas, entre essas, existem 37 que são certificadas pela Fundação Cultural Palmares, conforme demonstra a Figura 05.

Figura 05: Mapa das Comunidades Quilombolas Reconhecidas da Paraíba



Fonte: Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes – AACADE e Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas – CECNEQ, 2013.

As comunidades remanescentes de quilombos são criadas/caracterizadas por se auto definirem como quilombolas. Conforme Flores (2014) “Quando eu digo o que sou, eu estou-me auto identificando, afirmando o meu pertencimento a uma cultura, a um modo de vida e dizendo que eu tenho parentes, vivos ou mortos, que vieram de longe”. Portanto, cabe às comunidades apresentar em seus argumentos a sua ancestralidade africana, através do grau de parentesco que existem nas relações de identidade e território que se mantém ao longo dos tempos em sua organização social e cultural.

Diante da conjuntura das políticas públicas, a organização e o conhecimento de seus direitos são imprescindíveis para as conquistas e desenvolvimento das comunidades quilombolas e demais grupos sociais, que anseiam o reconhecimento e aquisição daquilo que outrora lhes foram negados.

Segundo Flores (2014, p. 93), as ações de movimentos realizados pelas comunidades são decisivas para articular o caminho a ser percorrido na obtenção de direitos. Para o autor (*ibidem*):

Isso significa dizer que se as comunidades não estiverem organizadas e cientes de seus direitos constitucionais, esses mesmos direitos não chegarão a elas, pois direitos não são dados, são conquistados no decurso das lutas sociais. Lutar é buscar efetivar direitos que estão ou não assegurados pelas leis.

A titulação das terras quilombolas é complexa. Os direitos das comunidades quilombolas se apresentam na constituição de 1988, mas se expõe num dispositivo designado como “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” – ADCT, o texto redigido no seu Artigo 68 consta que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Porém, diante da burocracia e desinteresses políticos, esperaram com calma até que esse artigo fosse regulamentado, implicando novas regras para o reconhecimento e obtenção do título da terra.

Essa regulamentação para o reconhecimento e titulação das terras quilombolas está descrito no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2003). Para uma compreensão mais consolidada sobre esse processo apresento o art. 1º e o art. 2º desse decreto:

Art. 1º: Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto

Art. 2º: Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Em síntese a esse decreto o percurso para a titulação das terras quilombolas deve ser feito em etapas, que compreendam a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e por último a titulação.

Foi acrescentada a essas legislações a Instrução Normativa nº 57, de outubro de 2009, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 e o Decreto nº 4.887, a partir dos fundamentos legais que respaldam essa Instrução Normativa.

No caso da Comunidade Quarenta, a luta é pelo reconhecimento como remanescentes de quilombo explicando a condição migratória e o trabalho em coletividade na terra, tanto em Pombal, quanto em Triunfo quando compraram um lote de terra para reconstruírem suas vidas, territórios e identidades.

Para Schmitt *et al.* (2002, p. 2):

(...) os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Para uma facilitação do entendimento e compreensão de como ocorre o processo para que se deflagre a titulação documental de terras quilombolas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), disponibiliza de forma simples as etapas a serem percorridas.

Conforme o INCRA, a identificação caracteriza-se pelo início do processo e é muito importante porque deve partir da vontade e do interesse da própria comunidade em dizer o que é, se auto definirem. A identificação começa com o encaminhamento do requerimento da comunidade interessada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do INCRA. Essa primeira fase se encerra com a emissão da certidão de identificação pela Fundação Cultural Palmares.

A fase seguinte à identificação compreende o reconhecimento e delimitação das terras que consiste na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), realizado por especialistas que detalham aspectos importantes como o histórico, a economia, a cultura e outros fatores que estão diretamente relacionados à área quilombola delimitada.

Dando prosseguimento ao processo, ocorre a demarcação da área e pôr fim a titulação emitida pelo INCRA. Essas etapas tal como foram apresentadas se desenvolveram até o ano de 2016, onde ocorreram transferências ministeriais pelo Governo Federal.

É importante abrir um adendo para apontar o Decreto nº 8.780, que determinou a transferência da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República. Entretanto, essa determinação foi revogada pelo Decreto nº 8.865, anexando ao Decreto anterior a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Neste Decreto o seu Art. 3º e inciso III, tratam de transferir, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para a Casa Civil da Presidência da República, as competências de delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações, a serem homologadas por decreto (BRASIL, 2016).

O quadro 02 apresenta os municípios onde se localizam esses remanescentes de quilombo e especifica a situação fundiária de cada uma dessas comunidades.

Quadro 02. Comunidades Quilombolas da Paraíba, 2012.

	Município	Comunidade	Situação Fundiária
1.	Alagoa Grande	Caiana dos Crioulos	Certificada ⁵
2.	Areia	Engenho Bonfim	Titulada ⁶
3.		Engenho Novo Mundo	Certificada
4.	Cacimbas	Serra Feia	Certificada
5.	Caiozeirinhas	Umburaninhas	Certificada

⁵ É a primeira fase vencida do processo depois do envio do requerimento da comunidade interessada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária com certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares;

⁶ A titulação é procedimento administrativo decorrente do processo de demarcação das terras;

6.		Vinhas	Certificada
7.	Catolé do Rocha	Lagoa Rasa	Certificada
8.		Jatobá/Currálinho	Certificada
9.		São Pedro dos Miguéis	Certificada
10.		Pau de Leite	Identificada ⁷
11.	Conde	Gurugi	Certificada
12.		Ipiranga	Certificada
13.		Mituaçu	Certificada
14.	Coremas	Mãe D'água	Certificada
15.		Santa Tereza	Certificada
16.		Barreiras	Certificada
17.	Diamante	Vaca Morta	Certificada
18.		Barra do Oitis	Certificada
19.	Dona Inês	Cruz da Menina	Certificada
20.	Gurinhém	Matão	Certificada
21.	Ingá	Pedra D'água	Certificada
22.	João Pessoa	Paratibe	Certificada
23.	Lagoa	Timbaubinha	Identificada
24.	Livramento	Sussuarana	Certificada
25.		Areia de verão	Certificada
26.		Vila Teimosa	Certificada
27.	Manaíra	Fonseca	Certificada
28.	Picuí	Serra do Abreu	Certificada
29.	Pombal	Comunidade dos Daniel	Certificada
30.		Rufino	Certificada
31.	Riachão do Bacamarte	Grilo	Certificada
32.	Santa Luzia	Serra do Talhado	Certificada
33.		Talhado Rural	Certificada
34.	São Bento	Contendas	Certificada
35.	São José de Princesa	Sítio Livramento	Certificada
36.	Serra Redonda	Sítio Matias	Certificada
37.	Tavares	Domingos Ferreira	Certificada
38.	Triunfo	Comunidade dos Quarenta	Identificada
39.	Várzea	Pitombeira	Certificada

Fonte: Organizado pelo autor. Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes – AACADE e Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas – CECNEQ, 2017.

Observando o quadro podemos perceber que trinta e cinco das comunidades paraibanas estão certificadas. Porém, as comunidades que possuem o RTID, são poucas. Segundo Flores (2014, p.97), apenas a comunidade de Engenho Bonfim, na cidade de Areia, teve seu processo iniciado e terminado, levando seis anos para a conclusão, recebendo a titulação em 11 de abril de 2011.

⁷ Identificação é a caracterização dos remanescentes das comunidades quilombolas mediante auto definição da própria comunidade.

Ainda de acordo com o autor (*ibidem*), para que se adquira a obtenção da titulação à trajetória é longa e o processo é demorado. Essa afirmação é comprovada pela situação da Comunidade Quarenta que se encontra com o processo aberto desde 20/04/2011, e aguarda documentos para a conclusão, segundo as informações do Portal da Fundação Cultural Palmares. Para que compreendamos melhor essa Comunidade é necessário analisarmos o contexto em que ela se relaciona, investigando as causas da migração, assim como a construção de território e identidades, os modos de vida, cultura e convívio social.

2.2 Da (Des) Territorialização dos Remanescentes de Quilombo Quarenta do Município de Pombal – PB à Reterritorialização no Município de Triunfo – PB.

A discussão sobre território pode se fundamentar no processo de migração desenvolvido pela Comunidade Quarenta, que passaram a construir/reconstruir seu território com a inserção em uma nova localidade, levando consigo suas crenças e costumes.

Para Haesbaert (2004, p. 45), “território é um ‘produto da apropriação simbólica’ e, além do seu caráter econômico de base material, é também um símbolo cultural”. As questões que envolvem território e suas discussões teóricas são complexas, principalmente, quando relacionadas com as práticas humanas desenvolvidas em sociedade. De acordo com Santos (1996, p. 51), os acréscimos como produção do homem no meio são importantes para a concepção do território, pois:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima.

Território e territorialidade, embora se relacionem em suas proposições, apresentam diferenças. A conceituação mais comumente adotada para o significado de território o define como espaço apropriado e delimitado a partir de uma relação de poder. Enquanto isso, a territorialidade é perceptível pelas relações sociais que se desenvolvem. Ainda sobre o conceito, Santos (2006, p.19) aponta que:

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse

sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem.

A territorialidade construída pela Comunidade Quarenta é analisada a partir da apropriação e delimitação do espaço, escolhido por eles, para reconstrução de suas vidas, juntamente com a relação existente entre o desenvolvimento da Comunidade nesse espaço, através de suas crenças e costumes, e o poder que a mesma exerce sobre esse território em que se abrigam. As divisões de território ou apropriações estão atreladas, também, a dependência de indivíduos ou grupos em relação a outros.

Analisando o processo de migração, seguido pela chegada da comunidade quilombola dentro dos limites geográficos do município de Triunfo, bem como a preocupação com o destino a seguir quando decidiram realizar esse movimento migratório e conseqüentemente a construção de um futuro e desenvolvimento do grupo, em outras bases, se torna visível a complexidade existente no desenvolvimento dos seres em comunidade e conseqüentemente na formação dos territórios em suas diferentes vertentes. Essas questões são apresentadas nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

A delimitação de territórios em regra geral é constituída através de acordos ou conflitos, esses são estabelecidos de acordo com os interesses socioeconômicos e culturais no espaço, processos, esses, perceptíveis na Comunidade pesquisada.

Assim, nos debruçamos sobre a história da Comunidade reconhecendo nela a perspectiva temporal e a ação humana na sociedade como forma de transformá-la, construindo o espaço geográfico a partir de ações individuais e coletivas dos sujeitos, imprimindo na paisagem regional as marcas de tempos históricos diferenciados.

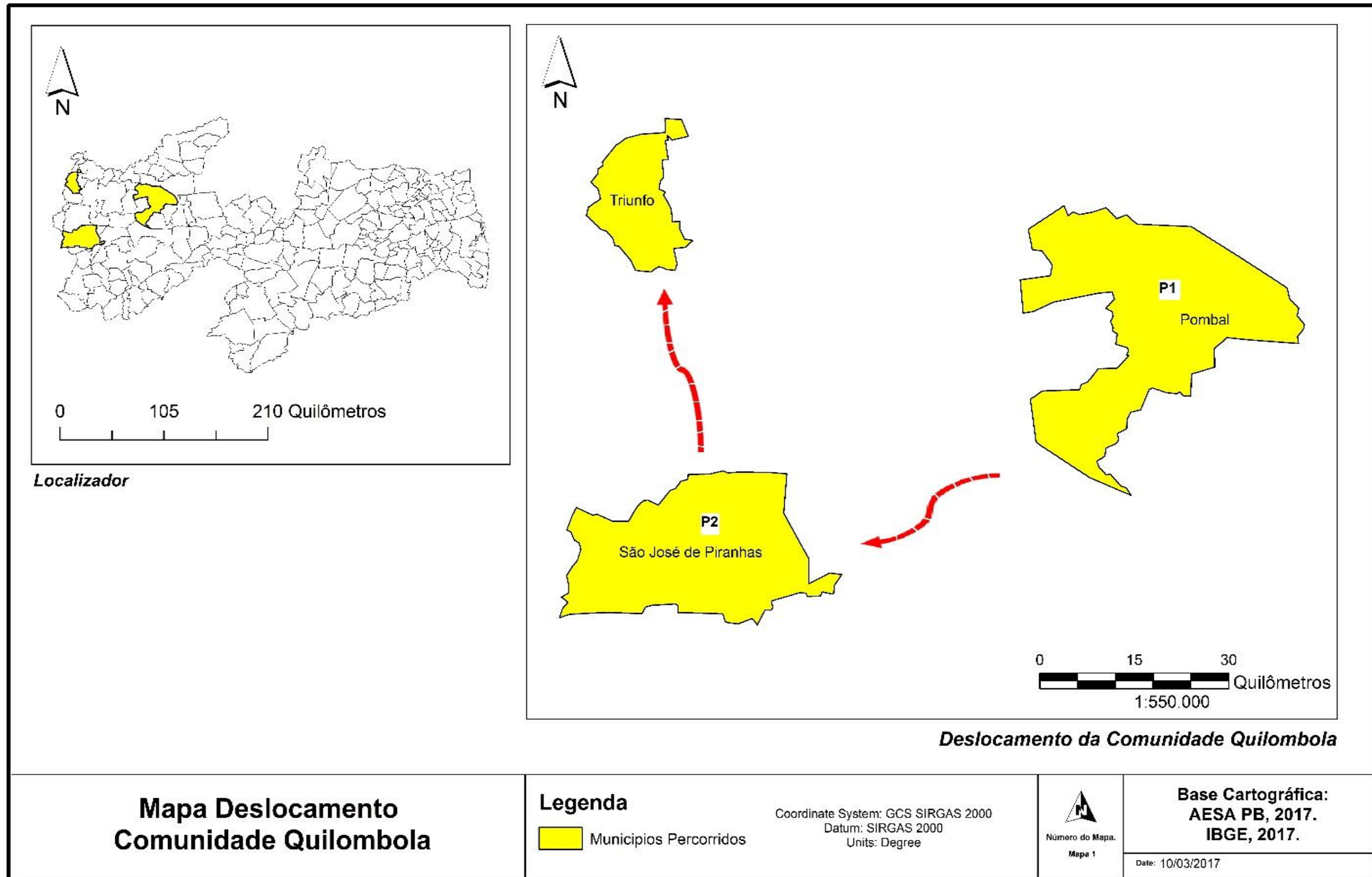
Nesse sentido, destacamos que essas marcas se expressam por movimentos constantes e pelo desejo de novos anseios, conquistas, especialmente pela dinamicidade da vida, a qual demarca a transitoriedade da vida humana e seu deslocamento constante na busca de novas territorializações, territorialidades.

De acordo com as informações obtidas na pesquisa e através de depoimentos dos cinco entrevistados, à origem da Comunidade Quarenta vem de um quilombo no Sertão Paraibano. Segundo o depoimento do membro mais velho da Comunidade, o Entrevistado 1, a origem dos Quarenta é o Sítio e Quilombo Mãe D'água, pertencente ao município de Pombal na década de 1950, e que atualmente pertence ao município de Coremas-PB, após reajustes nos limites territoriais entre os municípios.

O Entrevistado 1, esclarece que foi nessa localidade que os pais dele moravam e onde o mesmo nasceu. Este foi o único registro que obtivemos sobre a origem dos Quarenta, embora tenhamos empreendido esforços no sentido de investigar e saber sobre suas origens, mas foi unânime que seria do município de Pombal, especificamente no quilombo Mãe D'água que recebeu a mesma denominação atribuída a área rural desse local.

Parte dessa Comunidade que habitavam nesse quilombo no município de Pombal-PB, especificamente 40 pessoas, realizou um processo migratório, passando pelo o município de São José de Piranhas até a chegada ao município de Triunfo, todos localizados no sertão do Estado da Paraíba. Conforme nos apresenta a Figura 06:

Figura 06. Mapa da mobilidade dos povos constituintes da Comunidade Quilombola Quarenta, no sentido Pombal a Triunfo – PB.



Fonte: AESA PB, 2017; IBGE, 2017.

A distância entre os municípios é de aproximadamente 123 km. O processo migratório ocorreu na década de 1950 e, segundo os entrevistados 1 e 3 da Comunidade Quarenta essa migração foi desencadeada após conflitos naquela localidade, envolvendo a posse de terras e, que tornou insustentável a permanência de parcela da população no quilombo Mãe D'água.

Diante da informação de um povo migrante compreendemos a importância de alargarmos o debate acerca da noção do conceito da categoria geográfica território. Nesse contexto de análise conceitual e sabendo que o significado formulado na Modernidade, atravessa um longo período, se faz necessário a preocupação de se buscar um 'consenso' textual desse conceito ou pelo menos simplificar a transcrição teórica metodológica existente sobre essa categoria.

Desta forma é imprescindível uma análise e posterior reflexão do que se propõem o significado de território que se revitaliza com seu uso e conseqüentemente utilidade para a comunidade que se desenvolve em Triunfo. Entendendo, necessariamente, que existe uma relação de distinção entre o território e o espaço, ao mesmo tempo em que, se verifica uma relação intrínseca entre ambos. Sobre essa relação e distinção Steinberger (2006, p. 56.), relata que:

Embora Milton Santos tenha declarado em uma entrevista em 2000 que havia renunciado à busca da distinção entre espaço e território, ao dizer que 'não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores', essa declaração não deve necessariamente ser lida como uma negativa da distinção. Isso porque, aqui, se entende que sua ideia de território usado é fruto de achados parciais que envolvem o espaço e o distinguem de território, como será visto adiante. Portanto, considera que a renúncia foi mais à contenda do espaço ser anterior ou posterior ao território, da qual participam vários autores, entre eles Raffestin que afirma categoricamente "o território se forma a partir do espaço".

Compreendendo essas afirmações, conceituais, e com o intuito de facilitar o entendimento dentro das abordagens geográficas, o conceito de território pode ser transcrito de forma simplificada, objetivando a clareza de sua forma e utilidade, como: o espaço concreto em si, com a presença de elementos naturais e socialmente construídos, estando ele apropriado e ocupado por um grupo social, no caso o espaço ocupado pela Comunidade Quarenta que desenvolveu sua territorialidade após a ocupação e vivência na área.

A fim de exemplificar essas proposições, podemos destacar, também, a formação territorial do Brasil, que foi longa e bastante complexa, principalmente na relação estabelecida pela luta da terra, processo esse que envolve violência e degradação dos recursos, prejudicando aqueles que dela dependiam para sobreviver.

Percebendo a complexidade dos modos de vida e a utilização da terra pela humanidade em geral e em particular a apropriada pela Comunidade Quarenta, é notável o uso do território. Segundo Milton Santos (1998, p. 15) “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”. Essa afirmação pode ser facilmente ilustrada pela a trajetória da comunidade quilombola pesquisada.

A Comunidade Quarenta vivenciou os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização ao longo de sua história. Mais uma vez destacamos que esse grupo comunitário ao qual pertencem os sujeitos dessa pesquisa, residia em um espaço, localizado em uma área de reminiscência quilombola na Comunidade Mãe D’água. A partir dessa afirmação compreendemos, primeiramente, que eles construíram nesse espaço sua territorialidade a partir da apropriação social sobre a área, desenvolvendo seus modos de vida e laços afetivos. Consequentemente, à medida que se estabeleceu o exercício de poder sobre aquele espaço ocorreu a territorialização. Sobre territorialidade Corrêa (1998, p. 251), afirma que:

A territorialidade, por sua vez, refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.

De acordo com o Entrevistado 1, o quilombo Mãe D’água, ficava na divisa entre os municípios de Pombal – PB e Coremas – PB, e nos anos de 1950 essa área pertencia ao município de Pombal. Diante dessa afirmação identifica-se a territorialidade exercida pelo à Comunidade Quarenta, no município de Pombal – PB. Entretanto, o território desse grupo foi ameaçado no início da década de 1950. Baseado em informações do Entrevistado 3, o poder instituído, o domínio e os direitos dessa comunidade, formado em sua maioria por familiares, foram violados por conflitos entre os próprios moradores do quilombo Mãe D’água, que se dividiu em dois grupos, em virtude a querelas familiares.

O processo de perda de território foi influenciado por esses conflitos, afirmaram os entrevistados 1 e 3. As causas que deram origem a esses conflitos estão diretamente ligadas à posse da terra naquela localidade. O Entrevistado 1 aponta que as terras dos moradores em Mãe D’água, Pombal – PB na década de 1950 eram de propriedade coletiva de todo o grupo que lá habitavam e com o mesmo intuito de coletividade eram exercidos os trabalhos, principalmente na agricultura. Essa coletividade, dentro de uma visão ampliada, que considera as diversas origens e histórias destes povos, possibilita uma denominação para este e tantos

outros agrupamentos identificados como remanescentes de quilombo que seria a de terras de preto, ou território negro, levando em consideração a sua condição de coletividades camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade (SCHMITT *et al.* 2002).

Porém, ainda de acordo com o Entrevistado 1, que descreve com cautela essa afirmativa, o pensamento coletivo teve fim e começaram a disputa pela terra e os bens conquistados entre os próprios moradores de Mãe D'água.

Os conflitos e desordens acontecidos naquele local impossibilitaram a permanência territorial dos membros que comporiam o grupo reconhecido mais tarde como Remanescentes de Quilombo Quarenta, advindos do município de Pombal-PB, culminando na desterritorialização daqueles. Sobre esses conflitos Andrade (2013, p. 28), descreve que:

Ilsa Ilda da Conceição, filha de um dos pioneiros dos “Quarenta” que vivenciou o episódio em Pombal, adjetiva o ocorrido de “guerra”, que teve início pequeno e depois foi tomando proporções maiores até que chegou ao ponto da família não poder mais conviver pacificamente em Mãe D'água.

No desenvolvimento da pesquisa obtive depoimentos sobre esses conflitos em uma das entrevistas orais, com a Entrevistada 2, membro da Comunidade Quarenta, uma senhora idosa, viúva e lúcida, que em sua simplicidade descreve com prudência e cuidado acerca dos episódios ocorridos e presenciados por ela, naquela época.

A Entrevistada 2 afirma que a migração se deu no ano de 1952 e o motivo de todos os conflitos terem ocorridos foi o sentimento de inveja. Ela explica que os membros que migraram pertencentes a então denominada Comunidade Quarenta, tanto os homens quanto as mulheres, trabalhavam muito. Ela prossegue o depoimento afirmando que com muito trabalho conseguiram comprar pedaços de terra na região de Pombal, mas em determinado momento a Comunidade Mãe D'água se dividiu em dois grupos. Essa divisão ocorreu por interesses de caráter financeiro, determinados pela vontade em se apossar dos bens coletivos conquistados até os anos de 1950. Ela continua explicando que as pessoas que se tornaram grupo rival tentaram tomar a terra que eles teriam comprado com muito esforço e trabalho. Sem citar nomes, a Entrevistada afirma com a seguinte expressão que os pertencentes a outra parcela que ficaram no quilombo de Mãe D'água “apresentavam preguiça em desenvolver os trabalhos braçais, não trabalhavam e queriam ter direitos as propriedades conquistadas”. Sem mais explicações sobre a luta pela apropriação da terra entre os povos da comunidade Mãe D'água ocorrida ainda no século XX, ela afirma que não se sente confortável em comentar sobre o assunto.

Os entrevistados 1 e 3 da pesquisa, reforçam a tese causadora da migração, reafirmando o fato de que o processo migratório ocorreu quando uma parte dos negros, muitos pertencentes a uma mesma família, e que residiam naquela comunidade construíram conflitos que resultaram em embates físicos e como consequência se tornou insustentável a permanência dos mesmos na Comunidade Mãe D'água. E foi a partir da ocorrência desses conflitos que a parcela representada pelos Quarenta passou a buscar um novo lugar para se estabelecerem, se reterritorializarem, reafirmando a tese do mito da desterritorialização (HAESBAERT, 2007), ou seja, que quando um sujeito se desterritorializa ele se reterritorializa em outras bases, a exemplo dos sujeitos da pesquisa, os quais se reterritorializaram em São José de Piranhas – PB, e, novamente se desterritorializaram para se reterritorializarem mais tarde, em Triunfo – PB, onde se encontram até os dias atuais.

Sentimos desde o princípio de nossa pesquisa uma considerável resistência dos entrevistados em falar sobre o objeto estudo para nossa pesquisa. A Entrevistada 2, ao ser questionada sobre essa resistência, justifica que os fatos ocorridos naquele lugar não foram algo bonito de se ver e nem são motivos de orgulho, e afirma que o melhor que se tem a fazer é esquecer tudo que aconteceu na Comunidade Mãe D'água, afirmando que “em Triunfo a Comunidade encontrou a paz que buscava”. A entrevistada ainda revela que quando os integrantes que fazem a Comunidade Quarenta saíram de Pombal concordaram que “ninguém iria comentar os fatos ocorridos, presenciados e vivenciados por eles”. Em relação a essa resistência Andrade (2013, p. 28) fala que:

Os mais velhos integrantes dos Quarenta possuem certo receio em narrar o que realmente ocorreu em Mãe D'água, pois ainda guardam marcas oriundas dos conflitos familiares e não gostam de trazer à tona aqueles fatos que de certa forma marcaram negativamente as suas vidas. Resumem a situação simplesmente confirmando a impossibilidade de permanecer no local.

É importante ressaltar que as causas que influenciaram esse processo migratório não foram devidamente esclarecidas e nem amplamente comentadas pelos membros da comunidade e respeito suas posições. Porém, esse silêncio exercido pelos membros da Comunidade em relação a esse momento pontual em suas trajetórias dificulta uma explanação mais rica em detalhes sobre os fatos ocorridos no município de Pombal e suas vivências naquele local. Ainda sobre esse ‘silêncio’, Andrade (2013, p. 28) justifica que, “Os Quarenta, ainda marcados pelo sofrimento de Mãe D'Água, nunca contam essa parte da história para ninguém. (...) Repetir essa história não facilitaria a criação de uma nova identidade na cidade para qual iriam se mudar”.

Após esses conflitos, uma parcela dos negros que habitavam na Comunidade Mãe D'Água, hoje reconhecidos como remanescentes de quilombo, Quarenta, territorializaram-se no município de Triunfo – PB, após movimento de agitação e confusões acarretando a necessidade de migração desse grupo comunitário, a qual, segundo os entrevistados, “foi a alternativa encontrada para se restabelecer a paz”. Segundo a entrevistada 2, a outra parcela dos negros continuam na Comunidade Mãe D'água e não mantém nenhum contato com os que residem no município de Triunfo.

O processo de migração se configura como uma desterritorialização dessa Comunidade, uma vez que, o exercício do poder que essas pessoas tinham sobre aquele território foi limado por esses conflitos. Desse modo se tornam inquestionáveis as imputações de que os territórios estão sujeitos a mudanças influenciadas por fatores diversificados, no caso dos Quarenta, a violência, propiciando o movimento diaspórico e, conseqüentemente a perda de território, desterritorializando-se para uma reterritorialização em outras bases. Segundo Corrêa (1998, p. 252), o processo de desterritorialização é entendido como uma perda do território apropriado e vivido, em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território.

Posteriormente à perda de território ocorrido no município de Pombal – PB os membros que compõem a Comunidade de Remanescentes de Quilombo Quarenta saíram daquela cidade em direção ao município de São José de Piranhas – PB, no final do ano de 1952. Esses remanescentes de quilombo foram atraídos pela oferta de serviços na agricultura, construção de açudes e aberturas de estradas, conforme afirma Lisboa (1994, p. 4):

Conscientes de que o período chuvoso começaria em Janeiro, sabedores também da abertura de frentes de serviço em São José de Piranhas, a comitiva resignada ao trabalho, decidiu seguir para Jatobá de Piranhas, onde trabalharam na construção de açudes e abertura de estradas durante os meses de novembro e dezembro.

Segundo a Entrevistada 2 “essa parada foi mais uma forma de juntar dinheiro para obtenção de um pedaço de terra maior quando chegassem ao destino futuro”. Dentre os anseios do grupo, afirmou que vislumbravam uma habitação própria, o desejo de fixidez, de abrigo, de se territorializar.

Essa parada em São José de Piranhas é apresentada pelo Entrevistado 3, garantindo que os Quarenta traçaram uma espécie de planejamento cronológico para a realização dos trabalhos e obtenção de recursos, esse intervalo propiciou que a chegada a Triunfo acontecesse em período chuvoso. O entrevistado descreve que naquela época (os anos iniciais

da década de 1950), as chuvas eram mais abundantes, fazendo uma analogia com as estiagens atuais, e desse modo possibilitava que o trabalho na agricultura fosse lucrativo através das grandes safras.

As entrevistas realizadas são fundamentais para compreender como ocorreu a apropriação e adaptação dessa comunidade em um novo território, uma delas é a realizada com o Entrevistado 3. De acordo com os depoimentos deste entrevistado, quando o grupo de negros migrou como alternativa ao problema dos conflitos, encontraram outro, relacionado dessa vez, ao lugar onde iriam residir, quando do movimento diaspórico.

Nesse sentido, líderes do grupo procuraram orientação junto ao místico José de Moura, vulgo 'Zé de Moura', reconhecido e procurado por diversas pessoas na época, as quais acreditavam em suas profecias religiosas. Segundo Cartaxo (1975, p. 202), José de Moura apresentava inter relação com a religião:

Entre os anos de 1902 a 1905, foi para uma escola particular a cargo do velho professor Miguel Carlos Wanderley com quem realmente aprendeu as primeiras letras, logo cedo revelou forte tendência para a prática de atos religiosos, vindo daí a tirar o novenário do mês mariano, tríduo, terço em casa de amigos e compadres de seus pais.

O processo migratório da Comunidade Quarenta se torna um pouco mais complexo a partir do momento em que se insere a presença de um místico religioso como conselheiro/guia. As práticas religiosas e os seguidores conquistados por Zé de Moura nos remontam aos movimentos messiânicos. De acordo com Negrão (2001), o messianismo é compreendido como à crença em um salvador, o próprio Deus ou seu emissário, estimando a atuação no sentido de concretizar a nova ordem ansiada, sob a condução de um líder de virtudes carismáticas, atraindo as pessoas que buscavam melhores condições de sobrevivência que incluem, entre outros, saúde e finanças, processo semelhante aos que buscavam auxílio junto a Zé de Moura. Ainda de acordo com Negrão, no Brasil, a revolta de Canudos (1893-1897) ficou conhecida como um dos maiores movimentos messiânicos da história do país, representado pela defesa em favor a volta da monarquia e contra a República Canudos e foi organizado pelo líder Antônio Conselheiro, descrito pelo autor como carismático. O carisma, presente na maioria dos líderes messiânicos é encontrado na fala do Entrevistado 1, quando se refere a Zé de Moura.

Andrade (2013, p. 30), identifica Zé de Moura e sua respectiva indicação aos membros da Comunidade Quarenta da seguinte forma:

Zé de Moura era realmente um homem astuto, ciente da história e das necessidades, principalmente do seu sertão. Sabia muito bem da necessidade de mão de obra que havia em Triunfo, já que ocorria um aumento da produção agrícola. A indicação dos migrantes pombalenses sanava o problema de falta de lugar pra moradia deles, assim como resolveria o problema de escassez de trabalhadores enfrentado pelos produtores na época.

Assim como nos líderes messiânicos Zé de Moura através da oratória convincente fez com que os Quarenta buscassem o território indicado, no qual iriam se reterritorializar, adaptando-se as novas terras e as novas fronteiras. Zé de Moura era um homem voltado à mística religiosa baseada na Igreja Católica Apostólica Romana. Segundo os entrevistados 1 e 3, foi através de uma banda musical, a Banda Cabaçal, composta por membros da Comunidade e que se apresentavam nas festas que compunham o quadro religioso do município de Poço de José de Moura – PB, que aconteceu o primeiro contato dos quilombolas com o místico.

Segundo os Entrevistados 1 e 3, Zé de Moura indicou o município de Triunfo, na Paraíba para os migrantes como um “lugar da esperança, um lugar propício para o início da construção da nova vida que eles buscavam”. Os argumentos utilizados pelo Místico foram convincentes, afirmou os Entrevistados, especialmente porque indicava a disponibilidade de trabalho e, então o grupo não hesitou em seguir o conselho do Guia.

Zé de Moura era conhecido e conhecedor de toda a região e, principalmente, da falta de mão-de-obra em Triunfo – PB, onde predominava na época a agricultura com ênfase na produção de algodão. Portanto, sugeriu aos membros do grupo que se deslocassem para aquela área ainda pertencente ao município de São João do Rio do Peixe – PB.

De acordo com o entrevistado 3, após acolherem a proposta de Zé de Moura os líderes voltaram ao município de Pombal e avisaram ao grupo que tinham encontrado um lugar com disponibilidade de trabalho e, principalmente com tranquilidade para viver, todos do grupo aceitaram.

Entretanto, a chegada em Triunfo não foi imediata, antes da migração os quilombolas negociaram e venderam às terras, animais e outros objetos que possuíam em Mãe D’água, esses procedimentos foram realizados no intuito de obter recursos financeiros que proporcionassem a compra de terras no novo local aonde iriam se reterritorializar.

A chegada da comunidade negra à cidade de Triunfo – PB aconteceu no fim da tarde do dia 06 de janeiro de 1953.

Esse grupo de migrantes negros tinha como matriarca Dona Maria Eugênia (imagem 01), membro mais velha da Comunidade, a qual veio a falecer com 112 anos de idade, na década de 1980, em sua residência no município de Triunfo – PB.

Imagem 01. Dona Maria Eugênia, Matriarca do Grupo.



Fonte: Associação da Comunidade Quilombola dos Quarenta, Triunfo – PB, 2016.

Atualmente o membro mais velho da Comunidade tem 93 anos e se chama Adalto Pereira (imagem 02). O senhor Adalto, afirma ter se reterritorializado no município Triunfo à aproximadamente 62 anos e teve dez filhos, influenciando diretamente na sucessão das novas gerações e no desenvolvimento socioeconômico do município através do seu valioso trabalho na agricultura durante boa parte de sua vida.

Imagem 02. S. Adalto Pereira membro mais velho, da comunidade quilombola Quarenta.



Fonte: Associação da Comunidade Quilombola dos Quarenta, Triunfo – PB, 2016.

O processo que ilustra a trajetória dessa comunidade quilombola e de seus líderes é visivelmente complexo, diante de todo o contexto em que se apresenta, principalmente quando analisamos os motivos pelos quais ocorreu a perda de território, interferindo diretamente na vida do grupo.

A partir da desterritorialização por motivos de conflitos capazes de gerar a migração, por vezes inesperada e forçada, realizou-se o planejamento da ação de desterritorialização, com vistas a nova reterritorialização, portanto, caracteriza-se o movimento de (des)reterritorialização (HAESBAERT, 2007).

Segundo o Entrevistado 1, o grupo comunitário se apropria de um novo espaço, chegando a Triunfo na parte da noite e foram recebidos inicialmente pelo senhor Joaquim Teodoro que já tinha sido avisado por Zé de Moura da vinda dos migrantes.

Ele comenta que a preocupação inicial do grupo era encontrar uma casa para se alojarem, mas não acharam uma residência disponível na cidade. Foi então que o senhor Joaquim Teodoro conversou com um amigo que tinha uma casa localizada no Sítio Gamelas e a disponibilizou para os recém-chegados. Ainda de acordo com o Entrevistado 1, a casa era de

taipa como a grande maioria da época e nela se alojaram as cerca de quarenta pessoas, aproximadamente sete famílias residindo em um mesmo local, durante quase três anos.

Devidamente alojados os negros começaram a trabalhar para os proprietários das produções agrícolas da região, ao mesmo tempo em que procuravam um pedaço de terra para comprarem a qual utilizariam para realizar a agricultura de subsistência.

O Entrevistado 3, relata que conseguiram rapidamente comprar a terra que desejavam, a mesma fica localizada na serra do Sítio Gamelas, o mesmo sítio onde os Quarenta já residiam na casa que lhes tinham sido emprestada. A compra coletiva da terra foi realizada através dos poucos recursos que o grupo havia acumulado com o trabalho e a venda de bens, tais como: pedaço de terra, animais, carroças, entre outros.

Na referida propriedade eles produziram através da plantação e da colheita alguns componentes para suprir a base alimentar da própria comunidade, por exemplo, o feijão, milho, mandioca, dentre outros produtos e atividades que identificam sua relação direta com o campesinato com vinculação direta a uma economia de base familiar. Sendo assim, passaram a habitar e usar o território que Segundo Milton Santos “O território são formas, mas o território usados são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

Passados três anos da chegada dos Quarenta ao novo lugar, com determinação e realização de muito trabalho, tanto na terra comprada coletivamente, quanto para os produtores, os negros da Comunidade conseguiram juntar recursos e começaram a comprar terrenos na zona urbana e em seguida iniciaram a construção de suas residências, na cidade.

O entrevistado 3, comenta que as primeiras casas compradas ou construídas foram para as viúvas e, de forma gradativa o grupo foi se concentrando na cidade, a maioria na mesma rua ou em áreas próximas, afirmando ainda que mesmo morando na cidade todos os dias retornavam ao campo para trabalharem na agricultura. Desse modo, a comunidade passou a construir nesse espaço novas territorialidades, reterritorializando-se, exercendo a apropriação social sobre a área com a criação de laços afetivos, desenvolvendo seus modos de vida e apresentando sua cultura para a sociedade local.

Diante da apropriação exercida e à medida que se estabeleceu o exercício de poder sobre esse espaço ocorreu um novo processo de territorialização, da comunidade, registrando no espaço geográfico construído, novas territorialidades a partir dos traços de seus costumes, de suas culturas, tradições e de seu modo de vida. Corrêa (1998, p. 251) coloca que essas territorialidades, “Refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”.

A reterritorialização em uma nova área pela Comunidade Quarenta influencia diretamente na construção e valorização de suas identidades e na transformação do novo espaço apropriado, a partir da inserção de suas características próprias presentes nos modos de vida e na cultura desse povo.

O fato é que a Comunidade Quarenta passou a reconstruir territorialidade em uma nova área através de suas relações sociais com o meio em que vivem, e são nesses movimentos sociais que se enquadram o modo vida, trabalho, laços afetivos, entre tantos outros. E é a partir dessas relações sociais desenvolvidas no território, taxada como atividades produtivas, para o desenvolvimento da comunidade e do meio em que se encontra, é que se caracteriza a territorialização dos Quarenta no município de Triunfo.

Nesse contexto de migração são reais as mudanças de território que carregam em si a necessidade de mudanças para novas terras, povos e culturas diferentes. Essa migração reflete ainda na construção da identidade dos sujeitos que participam desse movimento, para Schmitt *et al.* (2002, p. 5), podemos pensar as identidades não como sendo fixas, mas como identificações em curso, integrantes do processo histórico. Analisando essas questões, procuramos compreender a formação das identidades dos povos da Comunidade Quarenta que serão discutidas no próximo item.

2.3 Formação de Identidade nos Remanescentes de Quilombo na Comunidade dos Quarenta

A origem da denominação ‘Quarenta’, empregada ao referenciar essa Comunidade, fora criada logo no primeiro momento em que o grupo de migrantes chegou à cidade de Triunfo, esse fato é bastante conhecido por toda a população e fortaleceu a construção de identidade da comunidade no município sertanejo. O Entrevistado 3 relata que os Negros chegaram a Triunfo em 1953 transportados em um caminhão cedido pela prefeitura do município de Pombal – PB, esse veículo conduzia um grupo composto por quarenta pessoas (Apêndice A), dentre homens, mulheres e crianças, “O caminhão parou na casa do senhor Joaquim Teodoro e quando a gente foi contar tinha quarenta pessoas... homens, mulheres e meninos”. Desde então o termo ‘Quarenta’ é utilizado sempre que se faz referência aos membros da comunidade revelando uma característica e uma nova identidade ao grupo, diferenciando-os, étnica e culturalmente. Esse fato não pode ser compreendido como identidade atribuída com objetivo de inferiorizar a comunidade como vimos anteriormente,

pelo contrário, essa designação fortaleceu o posicionamento da comunidade no novo território.

É a partir da definição e ocupação do território pela a Comunidade Quarenta no município de Triunfo que começa a criação de raízes e identidade desse povo no novo lar. Portanto, de acordo com essa reflexão, podemos afirmar que uma comunidade não pode ser compreendida sem o seu território, uma vez que, a identidade sociocultural humana, está intimamente ligada aos atributos presentes no espaço concreto com relação de reciprocidade, dessa forma, a construção do território produz identidade e a identidade produz o território, através do trabalho desenvolvido no espaço habitado. Particularmente na organização exercida nos territórios étnicos é singular o entendimento da afirmação de identidade, principalmente para compreensão dos movimentos sociais capazes de assegurar uma unidade grupal.

Torna-se indiscutível a afirmação de que a trajetória dos Quarenta é marcada por muito trabalho, superação e esforço para o sustento de seu povo. O trabalho ocupa um lugar central na vida de quem o realiza, essa afirmação pode ser facilmente compreendida pelo fato de ser ele um meio de sobrevivência. Entendendo esse contexto, não se pode dissociar o trabalho da formação ou construção da identidade dos membros dessa comunidade.

No período em que ocorreu a migração, a região de Triunfo ainda pertencia ao município de São João do Rio do Peixe (antigo Antenor Navarro), sua economia era equilibrada e girava em torno da produção agrícola de diversas culturas, principalmente a de algodão que recuperou seu valor no mercado após uma queda do seu preço no mercado mundial no século passado e representava fonte de riqueza por toda a região e, em particular, o caso de Triunfo em meados de 1945. Sobre a importância da produção do algodão para a economia, Sá (2009, p. 64) relata que:

O segundo mais importante produto de exportação da região, o algodão, a partir da década de 1830, sofreu uma significativa queda de preços devido á concorrência do algodão norte-americano, só voltando a recuperar um bom lugar no mercado mundial, durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-65).

Os proprietários visando o lucro obtido com o algodão na época denominada como a era do ‘ouro branco’ passam a investir fortemente na produção e conseqüentemente abrangendo o cultivo pelas as terras da região.

De acordo com os relatos do Entrevistado 6, um proprietário de terras e dono dos meios de produção na época, com o crescimento do comércio em torno do produto surge como um problema a escassez de mão-de-obra. Ele aponta que essa falta de serviços braçais

na lavoura representa a disparidade entre a grande quantidade de terra em relação ao pequeno número de habitantes, nessa situação a busca pela mão-de-obra era inevitável e a chegada do grupo quilombola com disponibilidade para o trabalho foi de grande importância.

A escolha da localidade e conseqüentemente chegada do grupo dos remanescentes de quilombo em Triunfo são analisadas a partir dessa necessidade de mão de obra pelos proprietários dos meios de produção na agricultura local. De acordo com os relatos dos entrevistados 1, 3 e 6, fica notório no processo migratório do grupo Quarenta o interesse dos grandes proprietários em mão de obra para a realização dos trabalhos agrícolas em suas plantações. Essa oferta de trabalho pode facilmente, em muitas das vezes, ser confundida com a boa vontade de oferecer abrigo aos migrantes que buscavam um destino. Em relação a esse posicionamento de interesse, Moraes (1998. p. 19) afirma:

Sucedee, também, que o interesse econômico de um indivíduo ou de um grupo social (seja um partido político, seja uma nação) se mascara frequentemente, com o sofisma humanitário e esse sofisma, á força de ser repetido de má-fé, se transforma em argumento aceito, em boa-fé, pelo maior número, indo até o ponto de viciar o juízo coletivo.

Essa questão é compreendida através dos diferentes relatos escritos e orais da população e do próprio grupo, que apresentam o interesse pela mão de obra necessária para os donos das propriedades, quanto à necessidade de trabalho para obtenção de renda pela a comunidade negra. O entrevistado 1, reafirma que os negros foram atraídos por Zé de Moura a fixarem residência no município de Triunfo naquela época, principalmente, pela falta de mão-de-obra e conseqüentemente a necessidade de força de trabalho para a colheita de algodão.

No início do ano de 1953, os moradores de Triunfo vieram entrar na cidade um grupo de quarenta negros, que estavam à procura de um local tranquilo para trabalhar, viver e prosperar. O grupo Comunitário Quarenta instalou-se no local, antes mesmo do lugarejo se tornar cidade e passaram a influenciar diretamente no desenvolvimento da economia local através da força do seu trabalho, além da inserção e reprodução de sua cultura, possibilitando desse modo, a participação efetiva na emancipação política municipal. Em virtude ao visível desenvolvimento econômico através da agricultura, fruto do trabalho da comunidade negra, juntamente com os interesses políticos fez surgir à necessidade de se falar em emancipação e delimitação da área territorial.

O município teve sua emancipação por força de Lei nº 2.637 de 20 de dezembro de 1961, sancionada pelo então Governador Pedro Moreno Gondim, sendo o município instalado

oficialmente em 22 de dezembro, data em que se comemora o dia da cidade. A importância dos agentes formadores do território para o desenvolvimento e expansão dos seus limites se torna indiscutíveis. Portanto, a Comunidade Quarenta é considerada parte fundamental no processo de emancipação política pela a influência direta no desenvolvimento social, econômico e cultural. Buscando compreender nesse contexto as relações do grupo em seu território e suas influências exercidas no meio é propício à discussão na qual Gomes (2003, p. 312), afirma:

Os grupos humanos, quando se organizam espacialmente, não têm consciência explícita de todos os processos de significação que são atribuídos e vividos cotidianamente no espaço. A tarefa do geógrafo é, portanto, interpretar todo o jogo complexo de analogias, de valores, de representações e de identidades que figuram neste espaço.

A Comunidade de remanescentes de quilombo participou de momentos históricos no município de Triunfo, criando elos e vínculos sentimentais, possibilitando um fortalecimento de identidade vinculada a uma territorialidade formada através de suas ações. Após o movimento migratório realizado como solução para os problemas existentes no local onde residiam permitiu a reconstrução de suas identidades em um novo habitat. Segundo os relatos de todos os entrevistados da pesquisa é possível perceber essa reconstrução de identidades a partir de um fortalecimento de vínculo com o novo local onde se abrigaram. Hall (2003, p. 26) afirma que as identidades se tornam múltiplas no processo de diáspora. Essa multiplicidade pode ser compreendida pelo contexto de habitação em dois meios diferentes cada um com suas peculiaridades e distinções.

Entretanto, o processo de migração que marca a trajetória da Comunidade Quarenta ocorreu de forma consciente e planejada, reflexo dos conflitos, já relatados superficialmente nesse trabalho, e que tornaram a habitação na cidade de Pombal insustentável, possibilitando o planejamento de uma migração que trouxesse efeitos benéficos para o grupo. É notório que todo e qualquer processo migratório carrega com si marcas que refletem o distanciamento de seu local de origem. Entretanto, no caso dos Quarenta a vontade expressa por eles mesmos em esquecer o local de onde saíram, e conseqüentemente todas as mazelas lá vivenciadas, influenciam de forma benéfica aos integrantes do movimento, facilitando uma adaptação ao novo território, uma vez que, ainda de acordo com Hall (2003), no processo que envolve o ato de migração os elos permanecem fortes com os lugares de origem, mesmo após ciclos de gerações.

Na perspectiva dessa análise voltada para um contexto de resgate histórico com fator predominantemente ligado ao processo migratório e posteriormente de ocupação dos negros, abordando a territorialidade dos indivíduos que constituem o grupo Quarenta, é que se pode analisar a reconstrução ou adaptação de suas identidades, capazes de transitar no tempo e no espaço entre as gerações que se sucedem. De acordo com Schmitt *et al.* (2002, p. 5):

Estamos, portanto, diante da incorporação de identidades que, em decorrência de eventos históricos, introduzem novas relações de diferenças, as quais passam a ser fundamentais na luta dessas populações negras pelo direito de continuar ocupando e transmitindo as gerações vindouras o território conformado por diversas gerações de seus antepassados.

Essas decorrências de eventos históricos aqui ilustrados pela migração dos Quarenta para outro território influenciam diretamente em suas identidades, diante da compreensão de que o território se torna o elemento de construção da identidade étnica. É importante e necessário compreender que o posicionamento de afirmação de identidades raciais, quilombolas e tantas outras, se desenvolvem, geralmente, mediante contextos sociais específicos em que o indivíduo está inserido. No caso do Brasil, a declaração de pertencimento a grupos étnicos é complexa devido a diversos fatores, principalmente de ordem ideológica, conforme afirma Ferreira (2011, p. 376):

Fatores ideológicos, como a busca de afirmação da negritude, um modo de valorizar uma determinada especificidade cultural, também podem interferir na definição das características raciais. Pessoas com características fenotípicas brancas, por exemplo, em função de seu envolvimento com a cultura negra, podem considerar-se negras. Dessa forma, a ausência de unanimidade cria dificuldades adicionais para a construção da identidade do afrodescendente.

Dessa forma se torna notória essa questão de afirmação, mas é adequado reforçar e esclarecer que grupos étnicos não são definidos por fatores biológicos, línguas ou traços culturais isolados, e sim pela vontade expressa pelo indivíduo de pertencimento a determinada etnia, ou seja, auto atribuição. Sobre essa questão Júnia Marúcia Trigueiro de Lima (p. 88), descreve que:

O próprio indivíduo é, portanto, o agente decisivo na etnicidade. O que o leva a se atribuir está a critério dele decidir. O estudo dos processos sociais passa a imperar no estudo de etnicidade. Os processos sociais de exclusão ou incorporação de elementos propiciadores de significados simbólicos passam a ter maior relevância nesse campo. Os aspectos culturais não deixam de ter importância na identificação étnica. Porém, as características levadas em consideração não são a soma das diferenças “objetivas”, mas somente aquelas que os atores sociais consideram significantes.

A auto atribuição e atribuição dos outros, necessárias para fundamentação étnica de um grupo é firmada na construção da identidade da Comunidade Quarenta, que se define como remanescente de quilombo. Em outros contextos, um tanto quanto pertinente para a formação de identidades, assumirem a negritude é uma manifestação realizada pela convicção de pertencimento a um povo, trata-se de tomar para si a história e cultura do grupo, suas raízes e principalmente suas lutas.

A entrevistada 2 faz questão de afirmar o orgulho que sente de sua trajetória e principalmente por ser negra pertencente à Comunidade Quarenta, que segundo ela é uma narrativa ilustrada com lutas e vitórias que despertam o interesse das mais variadas pessoas, fazendo referência a história da comunidade, principalmente, quando divulgada nas diversas formas e em diversos locais, para Schmitt *et al.* (2002), este sentimento de pertença a um grupo é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade. Esse sentimento de orgulho se estende por todos os demais membros da comunidade que foram entrevistados. Porém, mesmo com a consolidação de afirmação e pertencimento pelos membros da comunidade, mostrando um fortalecimento de identidades, os relatos de preconceitos raciais sofridos por eles ao longo de suas vidas são elevados, quando (74%) dos entrevistados afirmam ter sofrido tais preconceitos.

Partindo de uma análise simples sem se aprofundar nas causas que estão ligadas a esse posicionamento, essa questão foi dividida em dois grupos. No primeiro se enquadra as pessoas que já sofreram alguma forma de preconceito racial, esse grupo é representado por (74%) dos indivíduos pesquisados, é evidente diante da apresentação desses dados o alto índice de preconceito racial sofrido, esse número revela a intolerância pela diferença existente no convívio em sociedade. No segundo grupo representado por (26%) dos integrantes pesquisados apontam os que não sofreram preconceito.

O racismo é compreendido como uma forma de negação ou de mistificação da alteridade da população negra em relação à população branca, fixando-a em estereótipos, atribuindo-lhe uma essência de inferioridade e maldade, não reconhecendo suas diferenças (FERNANDES; SOUZA, 2016). O preconceito em seu conceito geral pode ser compreendido conforme o dicionário da Língua Portuguesa, como: qualquer opinião ou sentimento concebido sem exame crítico; Sentimento hostil, assumido em consequência da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio; intolerância. No caso do preconceito racial são manifestados geralmente na forma de uma atitude discriminatória perante as pessoas negras.

Após toda a discussão sobre apropriação territorial, criação de laços afetivos e formações identitárias desenvolvidos pela Comunidade Quarenta, é indispensável uma observação sobre o modo de vida, a cultura e a organização social exercida por esses sujeitos dentro dos limites geográficos do município de Triunfo, essa análise é importante para compreensão de sua conjuntura atual.

Assim, podemos afirmar que, diante da reterritorialização em um novo local a comunidade precisou se adaptar ao meio e produzir ali o seu espaço, passando a construir relações de vivências harmônicas com a sociedade. Essa proposta de relacionamento criado entre os negros e a população local teve como facilitador a igreja que inseriu a cultura praticada pela comunidade negra em sua programação religiosa, conforme tratamos o capítulo 3, assim como, o patrimônio cultural e os modos de vida da Comunidade Quarenta.

3. RELIGIÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E OS MODOS DE VIDA COMO CONSTITUINTES DA TERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUARENTA, NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO – PB

Entende-se por cultura a complexidade de conhecimentos apontados como elementos não estáticos que inclui, por exemplo, a arte, a música, as crenças, os costumes entre outros (THORNTON, 2004, p. 280). Portanto, a cultura é conhecida como produção existente do homem em sociedade, cada país, região ou comunidade desenvolvem sua própria cultura, através dos seus valores, entre essas a reprodução da cultura negra. Para Azevedo (1975, p. 11), o negro se apresenta como um elemento tão significativo na vida brasileira que não é possível escrever uma história da cultura no Brasil ou discorrer sobre a história nacional sem abrir um capítulo com discursão a esse tema.

Na concepção de antropólogos como Thornton, a cultura é o modo de vida pertencente a uma dada sociedade, e é construída por elementos que não são estáticos. Portanto, o conhecimento empírico da cultura que nos cerca é imprescindível para que exista de fato o reconhecimento da identidade de uma determinada sociedade, seja pelas manifestações musicais, culinárias, religiosas e etc.

Neste terceiro e último capítulo tratamos da importância do catolicismo para o município de Triunfo e a igreja como fonte direta para inserção da comunidade quilombola na sociedade. Juntamente com a religião, destaco as práticas culturais exercidas pelos membros da comunidade negra que influenciaram no processo de inserção social. Descrevo ainda, a situação da comunidade nos dias atuais, através da análise de seus modos de vida e organização social.

3.1 A Religião como Instrumento de Inserção Societária para a Comunidade Quarenta

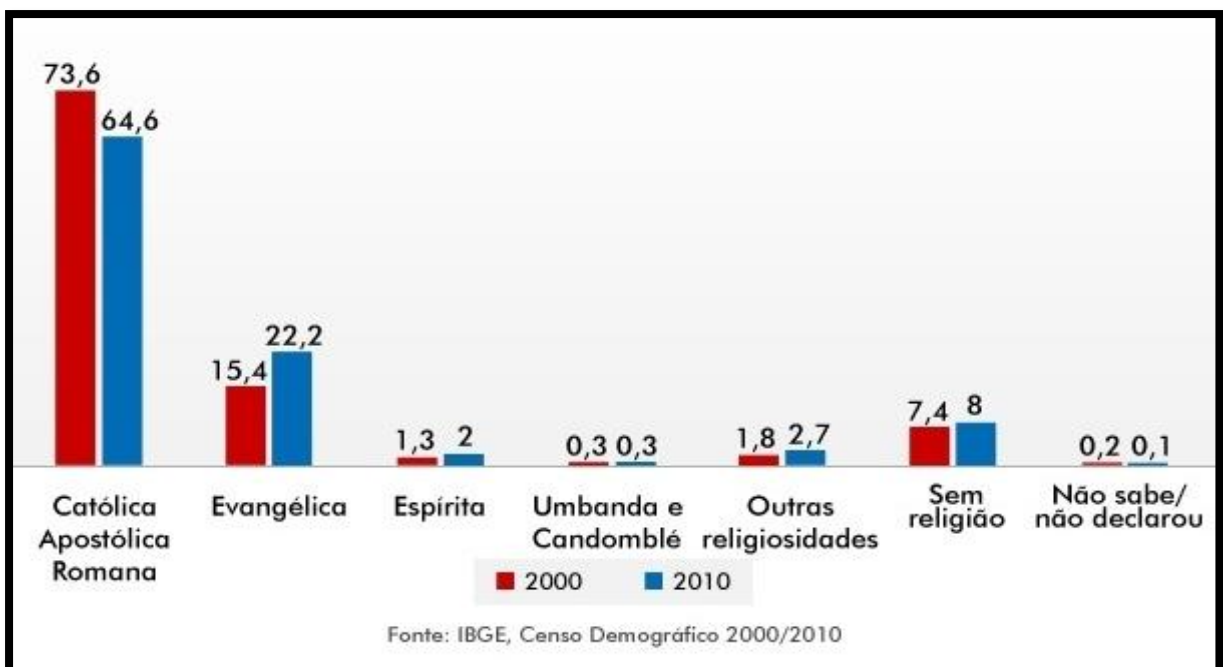
É fácil observar que ao interagir socialmente os grupos humanos expressam a necessidade de saber e de explicar ‘as coisas’ do mundo, essa questão pode ser analisada, por exemplo, dentro do ambiente acadêmico, onde indivíduos usam e aperfeiçoam suas habilidades para obtenção de resultados e respostas aos seus questionamentos. É dentro desses parâmetros que desde a antiguidade doutrinas religiosas se fixam na sociedade para atender seus anseios e responder suas inquietações, tomando papel de protagonista na construção social. Para Menezes (p. 198, 2015), na religião:

Ela envolve o intelecto, é claro, mas menos o intelecto que o coração, e menos o coração que as entranhas. Um religioso vive por certos princípios, e na defesa apaixonada desses princípios os perde muitas vezes de vista, sendo capaz de afirmá-los como confissão, mas negá-los, consciente ou inconscientemente, como prática. As práticas religiosas, desse modo, nem sempre se coadunam com as teorias provenientes de uma determinada religião.

Para Siqueira (2005), a religiosidade fornece, sobretudo, atribuição de sentido, podendo influenciar como mecanismo de controle social/exploração/expropriação, a autora aponta que essa função da religião pode, portanto, ser instrumento utilizado pelas elites ou grupos dirigentes de uma sociedade.

No Brasil, conforme o Gráfico 03, nos dias atuais a religião católica ainda predomina no país, esse fato ocorre por princípios que referenciam a presença da Igreja Católica em toda a formação histórica brasileira. É importante ressaltar que a chegada de membros do clero católico em solo brasileiro foi simultânea ao processo de conquista das terras do Brasil, já que o reinado português tinha estreitas relações com a Igreja Católica Apostólica Romana. Diante do histórico importante da religião é interessante analisar o gráfico 03.

Gráfico 03. Classificação percentual dos grupos religiosos e comparação com o censo 2000.



Fonte: IBGE, 2000/2010.

O gráfico apresenta números que possibilitam a comparação entre os anos de 2000 e 2010 sobre o percentual de grupos religiosos no país.

Após análise é possível observar que a religião católica continua liderando o número de fiéis, mas que apresenta um considerável declínio ao longo da década, enquanto isso, religiões como evangélicas e espíritas apresentam um aumento. De acordo com o IBGE, o aumento no número de evangélicos é proporcional ao crescente declínio da religião católica, que perdeu (9,4%) de fiéis em relação ao Censo de 1991. Em Triunfo, segundo dados do IBGE (2010), (90%) da população declaram-se Católica Apostólica Romana.

De acordo com Coutinho (2012), o pensamento cristão começa a secularizar-se na época moderna pelas suas funções sociais, habitualmente associadas à integração social e sistêmica.

Para compreender a força do catolicismo no município de Triunfo e a influência sobre a comunidade negra é preciso voltar a mais de um século, para resgatar de forma breve a história religiosa que dá origem a cidade, analisando as causas que marcam a fundação e ocupação do lugar.

Os fatos que serão transcritos a seguir são de conhecimento de toda a população do município de Triunfo, caracterizando assim afirmações de memória coletiva que atravessa séculos, se destacando pela transmissão de informações entre as gerações que se sucedem. Segundo o Entrevistado 7, que já foi um líder da religião católica no município de Triunfo – PB, o começo dessa narrativa aponta com um fato religioso de grande importância que marca a história do lugarejo no ano 1864, quando houve uma epidemia de cólera⁸ em toda a região.

O Entrevistado descreve que nessa ocasião um senhor lembrado até os dias de hoje como um homem de fé, conhecido como Caboclo Manoel Bernardo temendo que a doença atingisse a localidade recorreu ao Menino Deus e fez uma promessa de que se o lugarejo fosse poupado daquela calamidade, ele ergueria uma pequena capela e celebraria a sua festa, anualmente, de 15 a 25 de dezembro, com um novenário, fogos e festejos.

Ainda de acordo com o Entrevistado 7, a epidemia não chegou ao pequeno vilarejo, com a graça alcançada, Caboclo Manoel saiu pelas redondezas pedindo esmolas e levantando fundos para a construção que foi imediatamente iniciada. Para Coutinho (2012), o sagrado, por ser o objeto da religião, é o primeiro aspeto a ser definido, as crenças são compreendidas como os passos para criação de elos sobre o sagrado e à relação deste com o homem. As práticas que envolvem a fé, aqui apresentada como o ato das promessas, são consideradas

⁸ O Cólera é uma doença infectocontagiosa que atua diretamente no intestino delgado e geralmente é transmitida por meio de alimentos ou água contaminada. De acordo com a escritora Rosilda Cartaxo (1975), existem indícios de que a epidemia circulava a região na época.

como os meios de comunicação do homem com o sagrado. De acordo com Andrade (2013. P.15):

A cosmogonia do sertanejo do século XIX traz a necessidade de um referencial que o faça compreender a sua salvação e a salvação dos seus. Se um místico faz uma promessa e ela é alcançada, livrando o seu lugar de morada de uma epidemia, é um sinal divino.

Logo após a construção da pequena capela com as esmolas doada pelos fiéis, viu-se surgir ao seu em torno às primeiras residências e prédios comerciais que hoje formam o centro de Triunfo.

Desde a década de 1860 (período da construção da capela), que a fé e devoção ao padroeiro começaram e a partir então essa festa religiosa vem atravessando os séculos e tomando popularidade na região e em outras partes do país a cada ano, sendo constantemente divulgado nas mídias locais e nacionais diante da grandiosidade do evento.

Paralelamente a esse crescimento a estrutura física da Igreja do Menino Deus se desenvolveu, passando por diversas reformas ao longo dos anos se tornando um templo belíssimo e considerado um dos cartões postais do município. Conforme nos mostra a imagem 03.

Imagem 03. Igreja Matriz do Menino Deus



Fonte: Autoria do Pesquisador, 2016.

Essa festa religiosa que teve início ainda no século XIX passou por várias recriações e ressignificações, uma delas ocorreu a partir de 1953 com a chegada da comunidade quilombola, tomando maior proporção e reconhecimento por diversas regiões do país.

Essa festa católica apresenta um poder maior, identificado pela capacidade de proporcionar o reencontro dos filhos ausentes que moram em diversas partes do país e que voltam nesse período para festejar e agradecer as bênçãos vividas na companhia de seus familiares.

Andrade (2013) afirma que, no mês de dezembro se concentra um alto número de visitantes na cidade, fiéis que vem através da fé pagar promessas na terra do Menino Deus, buscando a cura do corpo e da alma e agradecendo pelas graças alcançadas, todos utilizando vestes rosa em homenagem ao padroeiro, lotando a matriz nas noites do novenário.

A imagem 04 mostra a missa campal de encerramento da festa que ocorre no dia 25 de dezembro. Nesse momento se realiza uma tradicional procissão pelas principais ruas da cidade finalizando o novenário.

Imagem 04. Momento Comemorativo ao Encerramento da Festa do Menino Deus



Fonte: Paróquia do Menino Deus, Triunfo-PB, 2016.

Esse ato religioso que compõem a memória coletiva da população de Triunfo é contado no hino do padroeiro, com composição feita pelo senhor João Filho Gomes Torres, morador do município de Triunfo e devoto do padroeiro Menino Deus:

Todo ano em Triunfo se faz uma nova Belém
 O que fizeram os Reis Magos o povo aqui faz também
 A gruta é distante, mas logo se acende uma estrela
 Famílias vem vindo ansiosas, felizes pra vê-la

Brilhou diferente uma estrela, o que anunciam os sinos
 É o Natal que vem vindo, salve o Deus Menino

Com o patrono Menino Deus, que festa linda é
 No rosto do povo apresenta-se a mais bela fé
 Que festa, que alegria ao ver uma luz
 Anunciar para o mundo a chegada do Cristo Jesus

Caboclo fizeste esta festa ser viva em Deus
 Tua fé foi posta num Menino e a doença venceu
 Vivamos a fé que tiveste em Deus nosso pai
 E assim o Triunfo de todos venha triunfar

Ao senhor Deus Menino, nossa Igreja dá glória
 Glória ao mais alto dos céus, por tão bonita vitória.

Após anos de realização desse evento religioso surge no município de Triunfo um novo elemento para se agregar a tradição religiosa através da cultura, representado pela comunidade de remanescentes de quilombo, evidenciados pela inserção na sociedade local através da participação direta na Igreja Católica do Menino Deus.

Segundo a Entrevistada 2, os negros que chegaram ao município de Triunfo-PB já eram batizados dentro dos princípios pregados nas doutrinas da Igreja Católica Apostólica Romana e buscaram através da participação na igreja do Menino Deus uma forma de se inserir no convívio social da época. Corroborando essa assertiva, Andrade (2013, p.37), fala

que foi a Igreja católica uma das portas de entrada dos negros na sociedade do município. Apontando a religiosidade como um ponto de encontro entre os negros recém-chegados e grande parte dos moradores locais.

Maracajá (2013, p. 130), em sua pesquisa sobre uma comunidade quilombola paraibana apresenta a questão religiosa do grupo, se assemelhando com as condições percebidas na comunidade Quarenta, para autora:

Ao verificar que a religião católica é uma forte marca da religiosidade da Comunidade (...), parte da prerrogativa de que, nas associações das crenças do candomblé e da umbanda, “as doenças, a pobreza e a infelicidade dificultam a prática de cultos afros desde o período colonial e transforma os espaços remanescentes de quilombos em palcos para outras religiões”.

De acordo com os relatos dos entrevistados 2 e 3, a Comunidade Quarenta já praticava as crenças pregadas no catolicismo antes de migrarem para Triunfo, ambos comentam que frequentavam as missas quando eram crianças acompanhadas pelos pais, ainda na cidade de Pombal.

A inserção social, que em seu conceito pode se caracterizar como engajamento da população em favor do coletivo, para essa comunidade se deu por meio da Banda Cabaçal, composta por membros do grupo Quarenta. O entrevistado 1, afirma que os líderes da comunidade procuraram a igreja logo nos primeiros dias em que estavam em Triunfo. Diante do contexto é correto afirmar que foi na igreja o mecanismo encontrado pela comunidade negra para se inserirem de imediato na sociedade de Triunfo-PB, demonstrando a confiança do grupo nas doutrinas da religião que pregam, principalmente, a ajuda ao próximo.

Ainda segundo os relatos dos entrevistados a igreja apresentou-se de forma acolhedora e se mostrou disponível a ajudá-los no processo de adaptação a nova cidade. Como veremos adiante, foi no prédio da igreja do Menino Deus que eles encontraram os instrumentos que propiciaram a formação da Banda Cabaçal, no município de Triunfo, dando continuidade a tradição herdada dos seus antepassados.

Diante dessa relação estreita, construída com a Igreja Católica, começou a inserção dos negros dentro da sociedade que participa maciçamente das festas religiosas, mais precisamente na Festa do Padroeiro Menino Deus que tem sido ao longo dos anos o ponto de encontro e descontração entre as famílias da cidade. A partir desse momento a comunidade negra de forma unanime se torna devota do “Menino Deus”, assim como a maioria dos habitantes do município. Porém, se destacam dentro da festa religiosa através da introdução cultural, com as apresentações da Banda Cabaçal.

3.2 A Cultura Negra dos Remanescentes de Quilombo Quarenta

Ao buscar a compreensão do significado de cultura, entendemos, como a formação de todo aquele complexo que inclui o conhecimento daquela particularidade observada, a arte, as crenças ligadas às religiões ou não, a moral, os costumes e tantos outros hábitos e aptidões adquiridos pelos seres humanos no cotidiano onde se estão inseridos socialmente. Sobre os argumentos expansivos para formulação do conceito de cultura, Maracajá (2013, p.75) aponta que,

Podemos dizer que, atualmente, há uma vastidão de adjetivos que, em nosso vocabulário, passaram a acompanhar e complementar o conceito de cultura. Utilizado em diferentes espaços institucionais, tanto na academia quanto nos meios de comunicação social, sobretudo na mídia, esse conceito, apesar de fazer parte da nossa linguagem cotidiana, muitas vezes não é explicitado, e sua origem e sentido social não são postos.

As questões culturais, inclusive as afro-brasileiras, se apresentaram na Constituição federal de 1988, a exemplo, o Art. 215. Determinando que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. O parágrafo primeiro deste decreto aponta que, o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Referimo-nos a importância atribuída à cultura para o desenvolvimento e compreensão das formações sociais. Além disso, é interessante perceber que a cultura se aprofunda ainda mais, tendo a capacidade de construir um processo de ressignificação dentro de uma comunidade desenvolvida socialmente, caso ocorrido com os Quarenta. A ressignificação é o método utilizado em neurolinguística para fazer com que as pessoas possam atribuir um novo significado a acontecimentos através da mudança de sua visão do mundo e suas particularidades, observados facilmente nos processos culturais.

Na busca pela compreensão do estudo da cultura de uma sociedade é imprescindível atentarmos para a observação do dinamismo desse processo e, chegando ao município de Triunfo, os remanescentes de quilombo foram determinantes na disseminação da sua cultura, tratando logo de apresentá-la a comunidade, que a acolheu.

Observando os dispositivos culturais mínimos existentes na cidade é possível afirmar que os negros que chegaram a Triunfo contribuíram para construção de um censo cultural, se destacando como representantes fortes da cultura na cidade. Cristianizados, logo nos primeiros dias tiveram contato direto com a igreja matriz do menino Deus, trazendo suas

manifestações para compor o quadro cultural/religioso local, a partir Banda Cabaçal de Triunfo-PB.

A cultura da Banda Cabaçal incorporada à Festa do Padroeiro, funcionou como um elo entre a Comunidade dos Quarenta, estabelecida na cidade, e a sociedade que passou a encará-los como produtores de uma cultura que se tornou identitária da cidade. Para Hall (2006, p. 47), quando nós definimos pertencentes a determinado grupo ou agente, estamos constituindo uma das principais fontes de identidades culturais. O autor explica que, “essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes”, mas pensamos nelas como parte de nossa natureza essencial.

A cultura do grupo é representada principalmente pelo grupo de músicos que compõem a Banda Cabaçal, membros da comunidade. Sobre coletividade na produção cultural, Oliveira e Pinheiro (2012, p. 1), diz que:

Da espontaneidade do povo emerge uma cultura dita popular que se fundamenta em níveis que se interpenetram, a saber: pela coletividade, por ser de feitio grupal, dá vida ao que de mais simples existe no imaginário do povo; e, se torna manifestação viva entre as gerações que se sucedem.

Esse grupo musical influenciou diretamente no processo de inserção dos Quarenta na sociedade, atravessando os tempos e construindo tradição, através de seus ritmos que remontam à época da colonização.

A imagem 05 foi fornecida pela associação quilombola dos Quarenta de Triunfo, e apresenta a primeira formação da Banda Cabaçal no município, no início década de 1950.

Imagem 05. Banda Cabaçal: Primeira Formação.



Fonte: Associação Quilombola de Triunfo-PB. Arquivo da comunidade dos Quarenta, 1953.

O entrevistado 1, descreve que quando os remanescentes de quilombo entraram pela primeira vez na capela encontraram uns instrumentos musicais que não eram utilizados e imediatamente trataram de lhes darem serventia, a partir desse momento surgiu a Banda Cabaçal dos negros quilombolas de Triunfo – PB. Com os instrumentos em mãos e a Banda devidamente formada pelos os homens da Comunidade Quarenta, começaram a apresentar-se na igreja. Os instrumentos encontrados na igreja possibilitaram uma modificação na composição da Banda Cabaçal que já existia. Sobre esse momento Andrade (2013, p. 39), afirma que:

A caixa, o bumba e o pífano encontrados na igreja foram símbolos do início das manifestações da cultura trazida pelos negros para Triunfo. Posteriormente, foi incorporada a Banda outros instrumentos, inclusive as lanças, que possuem aparência de maracás, cheias de fitas coloridas que encantam as festas. Essas lanças passaram a ser fabricadas em Triunfo, sob os moldes que eles conheciam em Pombal.

Conforme as informações do entrevistado 3, é importante ressaltar que esse conjunto musical já existia antes da migração, segundo ele os integrantes da banda vinham todos os

anos de Pombal para se apresentarem em uma festa religiosa na cidade do Poço de José de Moura. Porém, na Cidade de Triunfo – PB foi que a Banda passou por ressignificações, representada pelas as modificações de integrantes, inserções de novos instrumentos e na construção de uma identidade reconhecida a partir da integração ao quadro cultural/religioso do município, se destacando como patrimônio da cultura tanto para a comunidade, quanto para a cidade.

No catolicismo eles marcaram culturalmente a festa do Padroeiro com a tradição de apresentar durante as nove noites de novena músicos, que adentram a Igreja conduzindo a “Procissão do Ramo”. Esse ritual de apresentação da chamada Banda Cabaçal se estabeleceu na festa religiosa do Menino Deus logo nos primeiros anos dos Quarenta em Triunfo, e ao longo dos anos vem cumprindo uma tradição que se passa de geração em geração entre os descendentes da comunidade.

Segundo Oliveira e Pinheiro (2012, p. 3), uma Banda Cabaçal é formada por um conjunto de instrumentos musicais fabricados com matéria prima oriundos da fauna e flora regional, pelos próprios músicos. Na composição da Banda Cabaçal existe também inserção de instrumentos de percussão como a sanfona, além dos trajes com tons folclóricos. Ao longo dos anos os integrantes da Banda Cabaçal foram aperfeiçoando e inserindo características próprias ao conjunto musical, sempre representado pelos instrumentos de percussão cujo som é obtido através do impacto, raspagem ou agitação. O entrevistado 1, comenta que a banda não se preocupa em denominar o som que produz, apenas buscam apresentar seus ritmos com alegria e que se assemelham ao xote e baião.

A Banda Cabaçal deixou de ter um caráter de conjunto musical a nível municipal e passou a se apresentar por todo o Estado, divulgando e se concretizando como um forte patrimônio cultural. As apresentações realizadas por diversas cidades do Estado se deram a partir de convites aos integrantes da Banda para participarem dos festivais culturais. Assim,

Chegaram a apresentar-se até no Palácio do Governo do estado com incentivo do executivo municipal triunfense, bem como da secretaria de cultura também de Triunfo. Essa viagem para a Capital do estado, assim como a aceitação e reconhecimento do público, faz com que essa história seja contada e recontada por diversas vezes. (ANDRADE, 2013, p. 38).

Após participarem de diversos festivais e concursos a banda conseguiu acumular alguns troféus que lhes serviram como incentivo para continuar com as apresentações. Com o desenrolar dos anos os primeiros integrantes da Banda Cabaçal foram envelhecendo e passando seu posto para os mais novos que muitas das vezes eram filhos ou netos do músico

que saia. Existia sempre a preocupação dos líderes da comunidade em não deixar a tradicional Banda Cabaçal dos Negros dos Quarenta acabar.

Após décadas esse grupo passou por diferentes formações e transformações em todos os sentidos, se renovando de geração em geração. Essa renovação é necessária para que mantenha a identidade cultural da comunidade, uma vez que, a Banda Cabaçal foi por décadas a principal forma de cultura atribuída aos Quarenta, se tornando a principal atração da festa religiosa do município.

Segundo o entrevistado 1, quando a Banda Cabaçal começou a se apresentar em Triunfo, na década de 1950, os músicos passaram a receber ofertas em dinheiro das pessoas que assistiam a suas apresentações, incentivando dessa forma os integrantes a construir uma longa história de tradição que dura por mais de meio século. Porém, entre outros problemas para a manutenção da banda na atualidade, ele aponta que hoje em dia a população não contribui mais com os músicos, essa colaboração financeira feita pela população foi diminuindo de forma progressiva com o passar do tempo.

Devido a essa falta de donativos, já nos anos 2000 a Banda Cabaçal se negou a apresentar-se na festa do padroeiro, pois segundo eles não se sentiam incentivados. Esse fato gerou grande repercussão entre os fiéis que frequentavam a Igreja do Menino Deus, quando sentiram a falta dos músicos na festa católica do padroeiro do município. A comoção foi tão grande que padres e até o bispo da diocese de Cajazeiras – PB fizeram um apelo para que a Banda voltasse a se apresentar, já que o grupo musical estava marcado como parte da identidade da festa religiosa através de uma cultura que abrihantava as celebrações.

Após esse incidente, iniciou-se o processo de resgate da Banda Cabaçal. Hoje em dia os integrantes são crianças, a maioria descendente da Comunidade Quarenta, e recebem uma quantia em dinheiro por cada apresentação. Esse pagamento é feito pelas famílias que são responsáveis por cada noite de novena da festa do padroeiro. A imagem 06 mostra a formação atual da Banda Cabaçal no interior da Igreja Matriz em uma das noites do novenário do ‘Menino Deus’ no ano de 2014.

Imagem 06. Banda Cabaçal: Formação Atual.



Fonte: Paróquia do Menino Deus, Triunfo-PB, 2014.

Para o Entrevistado 1, com a morte dos integrantes mais velhos o entusiasmo em tocar na Banda Cabaçal foi diminuindo. De acordo com o entrevistado 3, os remanescentes mais velhos sempre se preocuparam em repassar aos mais jovens a importância de se manter viva a tradição e a cultura do seu povo, apontando que muito do que sabe é seguimento do aprendizado que obteve dos seus pais e desabafa confessando que as gerações mais novas não apresentam o mesmo desejo de manter viva a cultura que sempre foi motivo de orgulho. Para Hall (2003, p.79) nas comunidades étnicas minoritárias semelhantes a dos Quarenta, “Os membros individuais, principalmente as gerações mais jovens, são atraídos por forças contraditórias. Muitos estabelecem seus próprios acordos ou os negociam dentro e fora das comunidades”.

Diante de todas as dificuldades apresentadas, o posicionamento de se manter a banda ativa é observado como um desejo de se manter viva uma história que permite reforçar a edificação identitária da Comunidade Quarenta, construída no município. Além de possibilitar a continuidade de uma cultura que é reconhecida como um patrimônio dessa comunidade, apontando ainda contribuições na própria construção histórica da cidade.

Além da banda cabaçal, existem outros rituais festivos que representam os costumes e crenças de seus antepassados se relacionando com a vida atual dos negros da primeira

geração, ainda vivos, e seus descendentes. Por exemplo, o grupo de capoeira composto por crianças e o grupo de dança formado por mulheres. Os rituais festivos fixados nos calendários de determinados grupos sociais devem ser considerados como a representação da consciência que se tem de sua própria história. Portanto, a Comunidade Quarenta tenta manter vivas suas raízes culturais, dando prosseguimento aos processos festivos que são uma espécie de ruptura do cotidiano.

Segundo a Entrevistada 5, que ocupa hoje o cargo de presidente da associação, o desenvolvimento das manifestações culturais da comunidade é muito importante para não permitir que as raízes de seu povo sejam esquecidas. Acompanhando esse raciocínio é que se estabeleceu a necessidade do resgate de algumas representações culturais. Seguindo o exemplo da Banda Cabaçal, o grupo de capoeira também foi resgatado, após alguns anos de inatividade.

Visando ‘reconstruir’ suas tradições, a capoeira se apresenta como uma marca ou elemento da tomada de posse da identidade negra na Comunidade Quarenta, conforme a imagem 07.

Imagem 07. Apresentação do Grupo Infantil de Capoeira.



Fonte: Autoria do Pesquisador, 2015.

O grupo de capoeira da comunidade, atualmente é formado por crianças que trabalham o corpo, ao mesmo tempo em que se aproximam de suas raízes através dessa prática cultural. A capoeira é considerada uma luta disfarçada de dança, criada pelos escravos como tática de defesa pessoal.

Já o grupo de dança feminino (imagem 08) vem com o objetivo de aproximar o imaginário das pessoas que assistem as apresentações com as práticas realizadas na África, principalmente, na reprodução da cultura da dança de roda.

Imagem 08. Grupo de Dança de Roda de Mulheres da Comunidade Quarenta



Fonte: Associação da Comunidade Quilombola dos Quarenta, Triunfo – PB, 2015.

Segundo a Entrevistada 4, que exerce a profissão de professora no município, membro da comunidade e integrante do grupo de dança, todos os acontecimentos da vida africana são comemorados com dança, se tornando imprescindível a prática dessa cultura, descrita por ela como prazerosa, dentro da Comunidade Quarenta. Nesse contexto e para Maracajá (2013, p.70) “A dança, nesse caso, funciona como um sinal diacrítico, um traço identitário da cultura negra, uma diferença marcada pelo pertencimento, que os coloca numa divisão das fronteiras entre os de fora e os de dentro.

Esses grupos culturais se apresentam em datas importantes, bem como, em eventos realizados pela comunidade. Ainda segundo as informações da presidente da Associação é

difícil manter esses grupos ativos pela falta de incentivos a essas práticas culturais realizadas por eles, principalmente pelo poder público do município.

Entretanto, através de uma análise reflexiva sobre essa comunidade quilombola é fácil afirmar que a história vivida por esses sujeitos tem uma complexidade instigante, ao mesmo tempo em que se apresenta uma riqueza cultural que se distribui no decorrer das décadas. Dentro desses parâmetros é interessante verificar como se encontra essa comunidade hoje dentro dos limites do município de Triunfo-PB, abrindo assim um viés para discussão do próximo item.

3.3 Organização Social e Modos de Vida na Comunidade Quarenta

Para que ocorra uma compreensão adequada de uma sociedade, para além da análise de sua estruturação social e seus aspectos superficiais de relacionamentos, é preciso compreender sua organização. Esse processo de organização dentro de uma comunidade tem como interesse primordial a unificação do grupo.

Passado mais de meio século da chegada dos remanescentes de quilombo no território de Triunfo é possível observar o desenvolvimento e organização social crescente, levando em consideração nessa análise a multiplicação do número de pessoas descendentes dos Quarenta. Após o movimento migratório e a chegada ao município os Quarenta começaram a estabelecer o processo de fixação definitiva na localidade com a construção de suas próprias residências, que foram construídas onde hoje é a denominada: Rua Princesa Izabel, local onde compraram o seu pedaço de terra e se instalaram na cidade ainda em fins do século XX, com o intuito de um recomeço.

Ainda hoje a Rua Princesa Isabel é o ponto de concentração da maioria dos descendentes da família Pereira em Triunfo, entretanto, existem membros descendentes da primeira geração que residem em outros bairros da cidade e em diversos lugares do País, conforme descreve Lisboa (1994, p. 9):

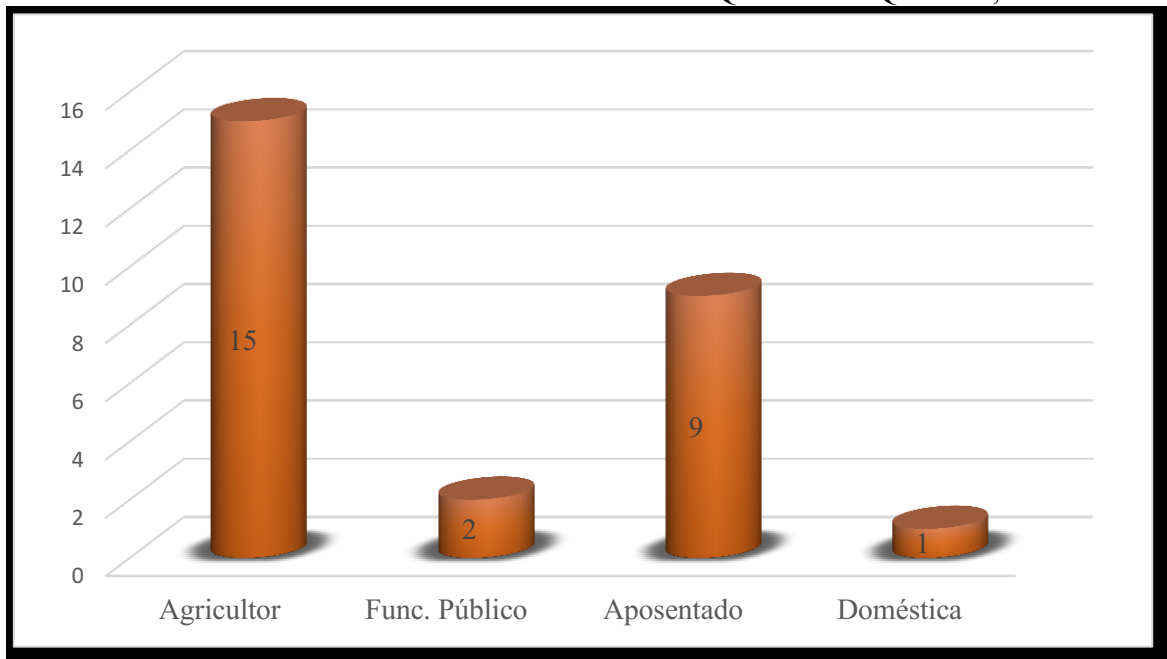
Das quarenta pessoas chegadas a Triunfo em 1953, apenas 25 ainda vivem, porém a nova geração dos “Quarenta” gira em torno de 150 pessoas espalhadas de Triunfo até os cantos mais longínquos do país. Suas residências não mais se limitam à Rua Princesa Izabel, suas fontes de renda não são mais apenas a agricultura, porém, sua importância infelizmente ainda repousa sobre a mão-de-obra, contudo mesmo apesar de todas as mudanças, não há na cidade quem não respeite e admire a família Pereira, pois todos tem a plena consciência de que a humildade e o trabalho dos “Quarenta” foram primordiais para o desenvolvimento socioeconômico de Triunfo.

Os anos passaram e conseqüentemente foram aumentando os habitantes descendentes dessa comunidade e mesmo com essa renovação das gerações que compõem a crescente Comunidade Quarenta, ainda é possível encontrar pessoas que viveram todo esse processo de migração, adaptação e trabalho em um novo lugar longe de suas raízes, mas que se recordam dos fatos ocorridos em outrora e os descrevem com sabedoria e convicção, como é o caso do Entrevistado 1, um dos colaboradores para a realização dessa pesquisa e citado ao longo de todo o texto.

Mesmo com o crescimento da família que compõe a comunidade e com as oportunidades empregatícias em outras profissões, a agricultura se constitui como a principal ocupação e obtenção de renda para a Comunidade Quarenta, constituindo assim a identidade camponesa. Essa afirmação é baseada a partir dos dados coletados através da aplicação de questionários junto a membros da comunidade, que responderam diversas questões, entre elas qual a profissão exercida.

De acordo com as respostas obtidas é possível perceber que as práticas agrícolas ainda predominam como fonte de renda para a comunidade quilombola, conforme mostra o gráfico 4 abaixo.

Gráfico 04. Profissões dos Moradores da Comunidade Quilombola Quarenta, Triunfo-PB.



Fonte: A autoria do Pesquisador, 2016.

O gráfico mostra as profissões exercidas pelos membros da Comunidade Quarenta no ano de 2016. Mesmo com a predominância da agricultura é possível observar que uma

pequena porção dos pesquisados declaram trabalhar no funcionalismo público, e uma parcela significativa aparece como aposentados que representa os mais velhos que vivenciaram o processo migratório.

Com o tempo e bastante persistência a comunidade foi buscando com calma e dignidade seu espaço, adaptando-se a localidade e aos trabalhos que lhes foram ofertados, com entusiasmo desenvolveram seus modos de vida e se organizaram socialmente. Com o objetivo de conquistar e assegurar seu espaço e seus direitos, para formalização dessas lutas, a comunidade criou a associação quilombola de Triunfo. O conceito de associação é sinônimo de organização, ou seja, pode ser entendido como o movimento de pessoas que se congregam em suas sedes representativas, para a defesa de seus interesses. O surgimento do associativismo no Brasil data de meados do século XIX, sobre esse movimento Jesus (2007, p. 147) afirma que:

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, toda vez que um grupo de pessoas desejasse fundar uma associação – científica, religiosa, cultural, recreativa, desportiva, profissional, de classe, ou beneficente –, para organizar, explicitar ou defender seus interesses materiais, ideológicos, políticos ou civis era obrigatório que pedissem autorização na delegacia mais próxima do local em que pretendessem se reunir. O chefe de polícia, o delegado e o subdelegado encarregados tomariam as providências para que o encontro ocorresse dentro da ordem estabelecida. Em seguida, os interessados promoveriam quantas reuniões fossem necessárias para elaborar os estatutos e fundar as associações, grêmios, clubes ou irmandades conforme o caso.

Essa organização projetada pela Comunidade Quarenta, surgiu a partir da necessidade de regulamentar a luta pelos direitos que a comunidade possui pelo fato de serem eles remanescentes de um quilombo. A Associação dos Quilombolas no município de Triunfo – PB, é instituída como uma entidade civil de direito privado, que não apresentam objetivos voltados para fins lucrativos nem especificidades políticas, apenas atribuindo cobranças do poder político para o exercício dos seus direitos. A presidente da associação, a Entrevistada 5, explica que o fato de a comunidade ter origem quilombola, ou seja, de eles serem remanescentes e/ou descendentes de um quilombo atribui conseqüentemente à necessidade de se criar um órgão que ajude no processo de regulamentação dessa origem, propiciando que a luta, quando necessária, por seus direitos ocorra de forma adequada e eficiente.

A Associação é guiada por um Estatuto formulado no dia dez de junho de dois mil e dez que fomenta como objetivo principal, a defesa e legitimidade da luta a favor dos direitos de todos os indivíduos remanescentes de quilombos no município de Triunfo – PB.

O Estatuto deixa claro que não faz e nem compactua com nenhum tipo de discriminação, seja de cor, raça, religião ou orientação sexual. A busca com a criação desse órgão é excitar o manuseio de forma sustentável no que tange a abrangência dos territórios ocupados pelos quilombolas, conferindo a eles os direitos previstos na constituição. O Estatuto prevê ainda a parceria com as instituições de ensino na tentativa de obtenção de suporte e legitimidade a sua causa, a importância desse órgão e suas possíveis parcerias são destacadas por Andrade (2013, p. 50), que cita:

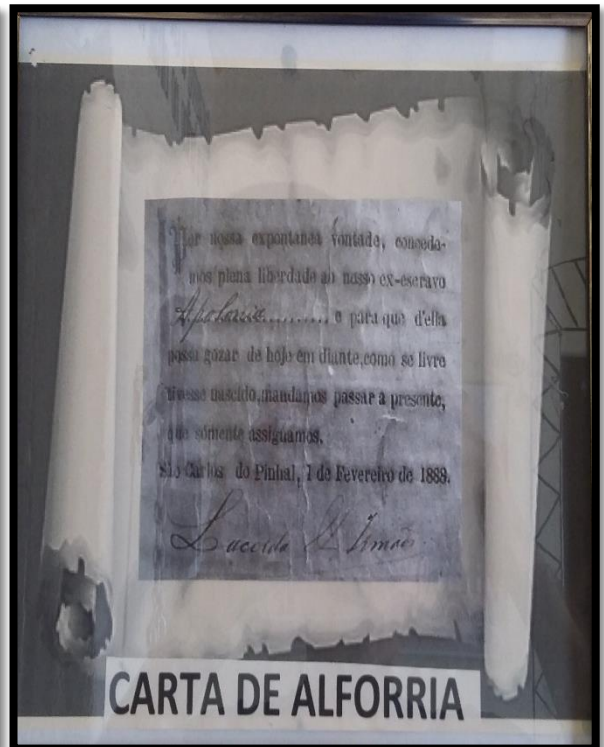
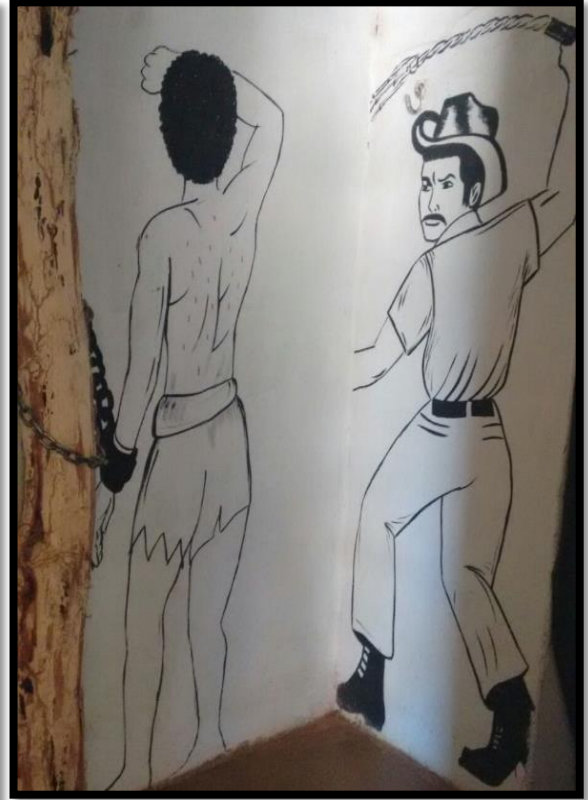
Por ser um importante instrumento de luta em defesa dos direitos dos quilombolas, a Associação prevê, de acordo com o seu Estatuto, em seu Art. 4º, item “g”:
“promover convênios com Universidades, Institutos de Pesquisa e Organizações Não-Governamentais para a elaboração de estudos de interesse das associações e comunidades quilombolas”. As pesquisas resultantes desses convênios possibilitarão aos descendentes de quilombolas, um conhecimento mais amplo da sua causa, além de conseguirem material de estudo para a divulgação da sua história.

A Associação Quilombola de Triunfo – PB apresenta, em seu interior, um museu composto por utensílios de tortura que relembra a vivência negra na época da escravatura como mostra as imagens:

- 09 – utensílios de tortura;
- 10 – pintura que representa as chicotadas no tronco como forma de castigo;
- 11 – Arupemba, objeto utilizado na realização de trabalhos braçais;
- 12 – Carta de alforria que relembra abolição.

A exposição dessas peças tem como objetivo manter sempre viva na memória da comunidade e dos visitantes a história do povo negro escravizado e as condições de vida pelas quais foram submetidos durante séculos. Essas peças e utensílios, em sua maioria, eram propriedade dos próprios membros da comunidade que as doaram para sede da associação. Essas peças expostas na sede da associação proporcionam um resgate histórico dos modos de vida e de trabalho vivenciados pela Comunidade Quarenta e seus ancestrais.

Imagens 09 a 12. Peças do Museu localizado na Associação Quilombola em Triunfo-PB.



Fonte: Aatoria do Pesquisador, 2016.

Esse museu é administrado pela própria comunidade e fica localizado no interior da Associação, estando aberto ao público sempre que solicitado aos responsáveis. Diante da importância inferida a comunidade pertencente a remanescentes de quilombo para o município de Triunfo, desde o desenvolvimento econômico pela força do trabalho até o enriquecimento do patrimônio histórico e cultural, se fez necessário por merecimento e gratidão algumas homenagens realizadas pelo poder público ou por pessoas comuns da sociedade para esses integrantes ilustres.

A princípio a gestão municipal preocupou-se em denominar de Princesa Isabel a rua em que a maioria dos negros reside no município como forma de homenagem e respeito a história vivida por eles, essa denominação faz referência a Lei Áurea assinada pela princesa na época da abolição do período escravocrata brasileiro. E nesta mesma rua no dia 22 de dezembro de 2008 foi inaugurada uma praça intitulada “Praça dos 40”, apresentada nas imagens 13 e 14, em homenagem aos quilombolas pelo prefeito municipal da época: Damísio Mangueira da Silva.

Imagens 13 e 14. Praça dos 40, Triunfo – PB.



Fonte: A autoria do Pesquisador, 2016.

Essa praça vem com o objetivo de mostra a importância da introdução dos negros na cidade que contribuíram, entre outros, com o desenvolvimento econômico e enriquecimento cultural do município. A placa de descerramento que se encontra exposta na Praça apresenta o

seguinte texto: “Homenagem aos 40 homens e mulheres que há 50 anos chegaram a Triunfo, oriundos de um Quilombo de Pombal – PB. Trouxeram além da esperança de uma vida mais tranquila as suas contribuições para o engrandecimento econômico, social e cultural do povo triunfense”.

Essa narrativa diáspórica é relatada facilmente pela grande maioria da população, expressada em diversas formas de produção cultural, como versos e rimas, por exemplo, o produzido pelo senhor Antônio Nenzinho, poeta e morador da cidade, que homenageou a comunidade através de uma literatura em cordel, intitulada de “Os Quarenta”.

“OS QUARENTA”

Da cidade de Pombal

Uma história verdadeira

Ouve um desentendimento

Com a família Pereira

Este povo veio parar

Aqui na nossa fronteira

Dois membros desta família

Resolveram Consultar

O místico José de Moura

Que pudesse lhe informar

Um ponto na região

Próprio para a gente morar

Zé de Moura respondeu

Eu informo aos senhores

O lugar bom é Triunfo

De homens trabalhadores

Temos Joaquim Teodoro

Um dos grandes benfeitores

José de Moura pensou

A fim de fazer o bem

Desse Joaquim Teodoro
A força é você que tem
Pra enfrentar a demanda
Espera o povo que vem

Esta história é verídica
O poeta não inventa
Quando o caminhão chegou
Joaquim Teodoro enfrenta
Dizendo Virgem Maria
Aí vem bem uns quarenta

Já aqui esta família
Tornou-se climatizada
Trabalhadora honesta
Já tem gente formada
Quem respeita todo mundo
Merece ser respeitada

Tem como tradição
Uma Banda Cabaçal
O seu nome se espalha
Do Sertão ao litoral
Incentivando o folclore
Da nossa terra natal

Deste povo que chegou
Sabemos que foi quarenta
Desses quinze já morreram
Fato que a gente comenta
Mais da nova geração
Já temos cento e cinquenta

Este povo se espalha

Da planície ao pé da serra
Nem a crise nem a seca
Nem tempestade nem guerra
Nem mesmo um vulcão acaba
Quarenta na nossa terra

Este número de quarenta
Trás boa recordação
Que Jesus passou na terra
Depois da ressurreição
Quarenta dias pregando
O guia da salvação

Esse cordel descreve sucintamente, mas demonstra a trajetória histórica dos ‘Quarenta’, apresentando de forma pontual os momentos importantes atribuídos à vivência do grupo. A reprodução desse cordel ocorre em várias das vezes que existe algum evento que incorpore a Comunidade Quarenta em sua programação.

A importância dessa comunidade negra é (re) conhecida por grande parte da população do município de Triunfo, rendendo assim as homenagens prestadas em eventos realizados na cidade, relatos em revistas publicadas que destacam o valor da comunidade para o desenvolvimento do município, além do reconhecimento da Igreja Católica da cidade de Triunfo – PB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendemos esgotar o debate sobre as ideias aqui dispostas. A complexidade da inserção da Comunidade de remanescentes de quilombo Quarenta dentro dos limites territoriais do município de Triunfo é complexa e, portanto precisa de uma análise vasta que se ramifica na construção do pensamento.

O propósito deste trabalho de investigar sobre o processo de ocupação e inserção territorial dessa Comunidade de remanescente de quilombo Quarenta, em Triunfo – PB, nos trouxe a possibilidade de refletirmos sobre a importância desse grupo na sociedade local do município de Triunfo – PB. A escolha das metodologias necessárias à compreensão do objeto de estudo nos fizeram perceber a importância do olhar na compreensão dos modos de vida dos sujeitos e quais instrumentos são capazes de dar conta de suas especificidades.

Considerando as pesquisas realizadas, através de levantamentos documentais, análises bibliográficas, trabalhos de campo fundamentados nos instrumentos questionários e entrevistas, para obtenção dos dados e relatos empregados neste trabalho, concluímos que ele se apresenta como contribuição para a divulgação da trajetória histórica e geográfica da Comunidade Quarenta.

De acordo com os dados obtidos através da pesquisa, esclareceu-se a construção da territorialidade em virtude aos processos de (des)reterritorização desenvolvidos pelo Grupo, a partir das formas de apropriação do espaço, juntamente com o trabalho realizado, principalmente na agricultura, que influenciou diretamente no desenvolvimento econômico do município, possibilitando a emancipação política, mas essencialmente a manutenção dos seus modos de vida, as condições de acesso à dignidade, ao direito à vida e ao território. Se estabelecendo a partir da organização da Comunidade, dentre tantas outros, o reconhecimento de sua diversidade e dos direitos legais, inclusive, ao acesso as políticas públicas voltadas para as comunidades negras. Ressaltando a luta, constante, contra o preconceito.

A Comunidade Quilombola de Triunfo se encaixa nessa colocação de ascensão de conquistas de direitos, todavia, as lutas são constantes e a organização do grupo é imprescindível para que consigam resultados favoráveis.

É importante e foi perceptível, também, através dos resultados adquiridos, que esses remanescentes de quilombo recriaram e transmitiram fortemente a cultura no município, através de seus rituais tradicionais, a exemplo da Banda Cabaçal.

O contexto referente à migração, seguido da inserção dos negros em um novo território demonstra a necessidade contínua dos seres humanos ao sofrerem pressões,

opressões, em emitirem formas de resistência, ou acomodação, e se reterritorializarem em outras bases.

O Brasil, país que se manifestou racista durante sua história, tenta se redimir nos dias atuais através de Leis que influenciam beneficentemente os negros, entre elas podemos citar a Lei nº 12.711 de 2012, que tornou obrigatória a reserva de cotas raciais no Ensino Superior ou a Lei nº 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas. É nesse contexto de lutas que se insere a Comunidade Quilombola de Triunfo – PB que busca seus direitos constitucionais, principalmente os de igualdade que em outrora foram negados aos seus antecedentes. Ressaltando que um dos objetivos da Comunidade é a emissão da certificação pela Fundação Cultural Palmares, caracterizando-a como comunidade remanescente de quilombo, percebendo que a fase de identificação já foi vencida.

Por outro lado, compreendemos que as reflexões aqui contidas servirão de base para outras pesquisas que contribuam com o grupo investigado, com a ciência e com a sociedade no sentido de perceberem que a história carrega em si os fatos e deixam no espaço as marcas do desenvolvimento e do pensamento de um tempo histórico diferenciado. Assim, as causas e fatores determinantes para a ocorrência de todo esse processo histórico são crescentes, possibilitando a partir do conhecimento a difusão da história dessa comunidade, fortalecendo assim a organização de suas lutas que objetivam as conquistas de seus direitos, principalmente na busca de igualdade e combate à discriminação e preconceito racial.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS-ABNT. NBR 147224, 2011.

ANDRADE, A. A. C. (org.). **Triunfo em Picadas: e o fim da Confederação do Equador**. Campina Grande: EDUFPG, 2008.

ANDRADE, E. V. L. **“Os quarenta”:** tradição e identidade de uma comunidade negra na cidade de Triunfo-PB da década de 1950 aos dias atuais. Erika Vanessa Lisboa Andrade. Cajazeiras, 2013.

ANDRADE, M. C.; FERNANDES, E. M. **Atualidade & Abolição**. Recife: FUNDAJ, Editora Massagana, 1991.

ARAUJO, E. F. de. **Fundação Palmares: 24 anos de consolidação da cultura negra**. 2012.

ARAUJO, E. B.; BATISTA, M. R. R. **Quilombos na Paraíba:** Notas sobre a emergência de uma comunidade quilombola. Ariús, Campina Grande, v. 14, n. 1/2, p. 61–75, jan./dez. 2008.

ARRUTI, J. M. **Mocambo:** Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006.

AZEVEDO, T. de. **Democracia racial: ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BRASIL. **Constituição de República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm Acesso em agosto de 2016.

BRASIL. **Diagnóstico Municipal:** plano diretor participativo de Triunfo-PB. Ministério da Integração Nacional: Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012:** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003:** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003:** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Presidência da República.

BRASIL. **Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007:** Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República.

BRASIL. **Instrução Normativa Nº 57, de 20 de outubro de 2009**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/legislacao--/atosinternos/instrucoes/file/243-instrucao-normativa-n-57-20102009>>. Acesso em dezembro de 2016.

CHELOTTI, M. C. **Reterritorialização e identidade territorial**. Soc. nat. (Online), Uberlândia, v. 22, n. 1, p. 165-180, Apr. 2010.

COUTINHO, J. P. **Religião e outros conceitos**. Sociologia, Porto, v. 24, p. 171-193, dez, 2012.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. de. **Identidade Negra entre exclusão e liberdade**. Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 63, p. 103-120, Apr. 2016 .

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. **As relações cotidianas e a construção da identidade negra**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 31, n. 2, p. 374-389, 2011.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades quilombolas**. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/quilombola/>. Acesso em outubro de 2016.

HAESBAERT, R. Epílogo: **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relação dos processos abertos. INCRA-DFQ**. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas/file/110-relacao-deprocessos-abertos>>. Acesso em novembro de 2016.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo populacional de Triunfo-PB, 2016**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251680&search=||info%20E1%20fiscos:-informa%20E7%20F5es-completas>> Acesso em outubro de 2016

LARA, S. H. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LINDA M. Heywood (Ed.). **Central Africans and cultural transformations in the american diaspora**. Cambridge, Cambridge university Press, 2002, p. 29. Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/mapas1.html>

JESUS, R. P. **Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144 – 170, maio. 2007.

- LISBOA, J. V. M. **O Surgimento do negro e sua importância no desenvolvimento socioeconômico de Triunfo - PB.** Trabalho de Monografia de conclusão de curso de Licenciatura Plena em História. Cajazeiras, UFPB, 1994.
- LOPEZ, L. R. **História do Brasil Colonial.** 5ª Edição, Série Revisão 4, Porto Alegre, 1988.
- MAESTRI FILHO, M. **Breve história da escravidão.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- MARQUES, C. E.; GOMES, L. **A constituição de 1888 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades: limits and potentialities.** Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 28, n. 81, p. 137-153, Feb. 2013.
- MARACAJÁ, M. S. L. **Território e memória: a construção da territorialidade étnica da Comunidade Quilombola Grilo, Paraíba.** João Pessoa, 2013.
- MAGALHÃES, J. C. **Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo1_30.pdf> Acesso em: 17 ago. 2016.
- MARTINS, J. de S. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário.** São Paulo, Pioneira, 1973.
- MENEZES, J. **Da tolerância à caridade: sobre religião, laicidade e pluralismo na atualidade.** Estud. hist. (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 189-209, June 2015.
- MORAES, E. de. **A escravidão africana no Brasil (das origens á extinção).** Brasília; Editora Universidade de Brasília, 3ª ed; 1998
- NEGRAO, Lísias Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 16, n. 46, p. 119-129, June 2001 .
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** SP: ed. Ática,1993.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo.** Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SIQUEIRA, Deis. **Religião, religiosidade e contexto do trabalho.** Soc. estado. Brasília, v. 20, n. 3, p. 717-724, Dec. 2005.
- SCHMITT, A.; et al. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas.** Ambient. soc., Campinas, n. 10, p. 129-136, jun. 2002.
- SOUZA, V. E. de. **Honra, Migração e Memória em Matão – PB.** Dissertação UFCG, Campina Grande, junho 2012. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/wp-content/uploads/2012/09/Vanessa2.pdf>
- STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais.** Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

THORNTON, J. K. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800:** tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

APÊNDICE A

Nº	LISTA DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO QUE CHEGARAM EM TRIUNFO-PB EM JANEIRO DE 1993
01	Maria Eugênia
02	Aprígio Pereira da Silva
03	João Pereira da Silva (Doca)
04	Cícero Pereira
05	Danária Pereira
06	Joana Maria da Conceição
07	Celina Maria
08	Anatilde Pereira (Tildinha)
09	Maria da Conceição
10	Olinto Pereira
11	Adalto Pereira
12	Maria Aninha
13	Florêncio Pereira
14	Umbelina
15	Rildo

16	Zumira
17	Ilda
18	Marcelina
19	Antônio
20	Noel
21	José Olinto
22	Francisco Olinto
23	Maria Ilda
24	João Ivan
25	Francisco Ivan
26	Gerônimo Ivan
27	José Ivan
28	Nicolau Ivan
29	Ana Maria
30	Francisca Ilda (Tica)
31	Manoel Ivan
32	Maria Ivan
33	Francisca Ivan (Nininha)
34	Francisca Lopes (Tindô)
35	Simão Lopes
36	José Américo
37	Francisco Lopes (Ata)
38	Rita Maria da Conceição
39	Francisco Pereira da Silva
40	José Pereira da Silva



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

**APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA ORAL REALIZADA COM ALGUNS
DOS MEMBROS DA COMUNIDADE**

Perfil:

Nome:

Idade:

Sexo:

Local de Nascimento:

Escolaridade:

Perguntas norteadoras da entrevista:

1 Fale sobre a história do grupo quilombola ‘Quarenta’! Destacando a trajetória desde a saída de Pombal-PB, passando por São José de Piranhas – PB, ate a chega em Triunfo – PB.

2 Há quanto tempo você mora em Triunfo-PB?

3 Você gosta da cidade de Triunfo?

4 Já sofreu algum preconceito racial?

- 5 De onde vem o sustento de sua família?**
- 6 Existem projetos que são desenvolvidos na comunidade?**
- 7 Como você definiria quilombo?**
- 8 Os seus antepassados (pais, avós) já participaram de algum movimento ligado a quilombos?**
- 9 Quais as atividades culturais desenvolvidas pela comunidade?**
- 10 Quais as festas tradicionais que os seus antepassados participavam?**
- 11 Quais dessas festas tradicionais são preservadas até hoje?**
- 12 Você acha que a cultura de hoje é igual a da época dos seus pais e avós?**
- 13 O que você pensa, com relação à preservação da cultura da sua comunidade?**
- 14 O que a comunidade tem feito para preservar as suas tradições, costumes e valores?**
- 15 Qual a sua religião?**